



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVIII — Nº 61

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 1963

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, parágrafo 3º, da Constituição e do artigo 1º, número IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 30 do mês em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para a apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei (número 1.751-E, de 1956, na Câmara e número 126, de 1961, no Senado) que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e regula o exercício da profissão de Advogado, sem prejuízo da matéria já programada para a mesma sessão.

Senado Federal, em 6 de maio de 1963.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

11ª sessão conjunta da 1ª sessão legislativa ordinária da 5ª legislatura

Em 5 de junho de 1963, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.751-A-56 na Câmara e nº 126-61 no Senado que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, tendo Relatório, sob nº 15-63, da Comissão Especial.

12ª sessão conjunta da 1ª sessão legislativa ordinária da 5ª legislatura

Em 6 de junho de 1963, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Continuação da apreciação do veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.837-A-60 na Câmara e nº 94-61 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, tendo Relatório, sob nº 14-63, da Comissão Mista designada de acordo com o art. 30 do Regimento Comum.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Dispositivo a que se refere
1	Alinea g do art. 164 (integralmente);
2	Art. 176 (integralmente);
3	Alinea d do art. 177 (integralmente);
4	Alinea e do art. 177 (integralmente);
5	Do § 1º do art. 183, as palavras: "... mas não consumadas".

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, tendo em vista que ainda pendem de pronunciamento do Congresso Nacional vários vetos presidenciais, cuja apreciação foi transferida, resolve:

1) sem prejuízo das sessões conjuntas que se deverão realizar nos dias 28 e 30 do corrente convocar novas sessões das duas Casas do Congresso Nacional para os dias 4, 11, 18 e 20 de junho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos no Plenário da Câmara dos Deputados;

2) estabelecer para a apreciação dos referidos vetos a seguinte escala:

Dias 28 e 30 de maio, 4 e 6 de junho:
veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.837-H-60, na Câmara e número 94-61, no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural;

Dias 11 e 18 de junho:

veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.285-B-60, na Câmara e número 183-62, no Senado, que dispõe sobre o Código Tributário do Distrito Federal;

Dia 20 de junho:

veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.755-62 na Câmara e nº 2-63, no Senado, que estabelece medidas de amparo à indústria de transporte aéreo e dá outras providências;

Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.751-A-56, na Câmara e número 126-61, no Senado, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil;

veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.011-B-60, na Câmara e nº 44-32, no Senado, que desincorpora ao Patrimônio da União e devolve à plena propriedade da "Sociedade Filarmônica Lyra" o imóvel situado à rua S. Joaquim nº 239, na Capital do Estado de São Paulo.

Senado Federal, 24 de maio de 1963.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, atendendo a representações que lhe foram dirigidas, sobre a conveniência de ser levada a efeito antes da data do início da vigência da lei em que se converteu o Projeto nº 1.751-A-56 na Câmara e nº 126-61, no Senado, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, a apreciação, pelo Congresso Nacional do veto oposto pelo Sr. Presidente da República ao art. 149 desse projeto, resolve:

a) convocar as duas Casas do Congresso Nacional para conhecerem do veto oposto a esse projeto no dia 5 do mesmo mês de junho, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados;

b) designar para a sessão conjunta de 20 de junho a seguinte matéria:

1) veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.799-62 na Câmara e nº 2-63 no Senado, que estabelece medidas de amparo à indústria de transporte aéreo e dá outras providências;

2) veto presidencial (total) ao Projeto de Lei nº 2.011-B-60 na Câmara e nº 44-32 no Senado, que desincorpora ao Patrimônio da União e devolve à plena propriedade da "Sociedade Filarmônica Lyra" o imóvel situado à Rua S. Joaquim nº 239, na Capital do Estado de São Paulo.

Senado Federal, 29 de maio de 1963.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

10ª sessão conjunta da 1ª sessão legislativa ordinária da 5ª legislatura

Em 4 de Junho de 1963, às 21 horas e trinta minutos

ORDEM DO DIA

Continuação da apreciação do veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.837-A-60 na Câmara e nº 94-61 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, tendo Relatório, sob nº 14-63, da Comissão Mista designada de acordo com o art. 30 do Regimento Comum.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Dispositivo a que se refere
1	Art. 89 e seus parágrafos (integralmente)
2	Alinea g do art. 117 (integralmente);
3	§ 1º do art. 120 (integralmente);
4	Da alínea e do art. 117, a palavra: "... nato ...";
5	Do art. 138, as palavras: "... e serão julgados e punidos na conformidade dos artigos 2º e 3º do Decreto-lei nº 369, de 18 de novembro de 1938 e leis subsequentes";
6	Do art. 140, as palavras: "... sem licença prévia do Congresso Nacional";
7	Do art. 143, as palavras: "... ao disposto neste lei...".

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD-SP).
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG).
 Primeiro-Secretário — Ruy Palmeira (UDN — AL).
 Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD — GB).
 Terceiro-Secretário — Mourão Vieira (PTB — AM).
 Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN — PA).
 Primeiro Suplente — Joaquim Parente (UDN — PI).
 Segundo Suplente — Guido Mondr (PSD — RS).
 Terceiro Suplente — Vasconcelos Torres (PTB — RJ).

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

1. José Goulomard — Acre.
2. Lúcio da Silva — Pará.
3. Eugênio Barros — Maranhão.
4. Sebastião Archer — Maranhão.
5. Victorino Freire — Maranhão.
6. Sigefredo Pacheco — Piauí.
7. Menezes Pimentel — Ceará.
8. Wilson Gonçalves — Ceará.
9. Walfrado Gurgel — R. G. Norte.
10. Ruy Carneiro — Paraíba.
11. Leite Neto — Sergipe.
12. Antônio Bahia (em exercício o suplente Eduardo Catalão, do PTB — Bahia).
13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
14. Gilberto Marinho — Guanabara.
15. Moura Andrade — São Paulo.
16. Atho Santana — Santa Catarina.
17. Guido Mondr — R. G. Sul.
18. Benedito Valladares — Minas Gerais.
19. Eliaz Muller — (em exercício o suplente Humberto Neder) — Mato Grosso.
20. José Veloso — Goiás.
21. José Kubitschek — Goiás.
22. Pedro Rodolfo — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Pessoa (em exercício o Suplente Eduardo Assmar) — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Mourão Vieira — Amazonas.
5. Antônio Jucá — Ceará.
6. Dix-Haut Rosado — R. G. Norte.
7. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
8. Barros Carvalho — Pernambuco.
9. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
10. José Ernirio (em exercício o suplente Pinto Ferreira) — Pernambuco.
11. Silvestre Pêricles — Alagoas.
12. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.
13. Nelson Maculan — Paraná.
14. Amaury Silva — Paraná.
15. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
16. Bezerra Neto — Mato Grosso.

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

1. Zacarias de Assunção — Pará.
2. Joaquim Parente — Piauí.
3. José Cândido — Piauí.
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte.
5. João Agripino — Paraíba.
6. Ruy Palmeira — Alagoas.
7. Eurico Rezende — Espírito Santo.
8. Afonso Arinos — Guanabara.
9. Padre Calazans — São Paulo.
10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Alencar Carlos — Santa Catarina.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão-se tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

SENADO FEDERAL

RESUMO

13. Daniel Krieger — R. G. Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — R. G. Sul.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

1. Catete Pinheiro — Pará.
2. Lino de Matos (em exercício o Suplente Linden Gomes) — São Paulo.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

1. Raul Giuberti — Espírito Santo.
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

1. Aurélio Viana — Guanabara.

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

1. João Leite (em exercício o suplente Dyllan Costa) — Sergipe.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

1. Arnon de Melo — Alagoas.

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia.
2. Heráclido Vieira — Sergipe.

Partido Social Democrático (P. S. D.)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	10
União Democrática Nacional (U. D. N.)	15
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Sem legenda	64
Total	66

BLOCOS PARTIDÁRIOS

- 1º — Maioria (39 Membros):
 PSD
 PTB
 2º — Minoria (17 Membros):
 UDN
 PL
 3º — Pequenas Representações (9 Membros):
 PTN
 PSP
 PSB
 MTR
 PR
 PDC
 Josaphat Marinho (Sem Legenda)

LIDERANÇAS

I — DOS BLOCOS PARTIDÁRIOS MAIORIA

Líder

Barros Carvalho — (PTB — PE)

Vice-Líderes

Victorino Freire — (PSD — MA)
 Vasconcelos Torres — (PTB — RJ)
 Jefferson de Aguiar — (PSD — ES)
 Lobão da Silveira — (PSD — PA)

MINORIA

Líder

João Agripino — (UDN — PB)

Vice-Líderes

Daniel Krieger — (UDN — RS)
 Mem de Sá — (PL — RS)

PEQUENAS REPRESENTAÇÕES

Líder

Lino de Matos — (PTN — SP)

Vice-Líder

Aurélio Viana — (PSB — GB)

II — DOS PARTIDOS

PSD

Líder

Benedito Valladares — (MG)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves — (CE)
 Sigefredo Pacheco — (PI)
 Walfrado Gurgel — (RN)

PTB

Líder

Artur Virgílio — (AM)

Vice-Líderes

Amaury Silva — (PR)
 Vivaldo Lima — (AM)
 Bezerra Neto — (MT)

UDN

Líder

Daniel Krieger — (RS)

Vice-Líderes

Eurico Rezende — (ES)
 Padre Calazans — (SP)
 Adolfo Franco — (PR)

PL

Líder

Mem de Sá — (RS)

Vice-Líder

Aloysio de Carvalho — (BA)

PTN

Líder

Lino de Matos — (SP)

Vice-Líder

Catete Pinheiro — (PA)

PSP

Líder

Miguel Couto — (RJ)

Vice-Líder

Raul Giuberti — (ES)

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente (PSD)
 Nogueira da Gama (PTB)
 Mourão Vieira (PTB)
 Ruy Palmeira (UDN)
 Gilberto Marinho (PSD)
 Cattete Pinheiro (PTN)
 Joaquim Parente (UDN)
 Guido Mondr (PSD)
 Vasconcelos Torres (PTB)

Comissão de Agricultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Nelson Maculan (PTB).
Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD).

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

1. Eugênio Barros
2. José Feliciano

Suplentes

1. Atilio Fontana
2. Pedro Ludovico

PTB**Titulares**

1. Nelson Maculan
2. Dix-Huit Rosado
3. Raul Giuberti

Suplentes

1. Eduardo Catalão
2. Aarão Steinbruch
3. Adalberto Sena

UDN**Titulares**

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

Suplentes

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

Comissão de Constituição e Justiça

(11 MEMBROS)

Presidente — Milton Campos — (UDN).
Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD).

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

1. Jefferson de Aguiar
2. Ruy Carneiro
3. Lobão da Silveira
4. Wilson Gonçalves
5. Josaphat Marinho

Suplentes

1. Menezes Pimentel
2. Leite Neto
3. Benedito Valladares
4. Aarão Steinbruch
5. Heribaldo Vieira

PTB**Titulares**

1. Amaury Silva
2. Bezerra Neto
3. Pinto Ferreira

Suplentes

1. Arthur Virgílio
2. Argemiro de Figueiredo
3. Silvestre Péricles

UDN**Titulares**

1. Aloysio de Carvalho
2. Eurico Rezende
3. Milton Campos

Suplentes

1. Afonso Arinos
 2. Daniel Krieger
 3. João Agripino
- Secretário: Ronaldo Ferreira Dias.
Oficial Legislativo, PL-8.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.

Comissão do Distrito Federal

(7 MEMBROS)

Presidente — Lino de Matos (PTN).
Vice-Presidente — Pedro Ludovico (PSD).

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

1. Menezes Pimentel
2. Pedro Ludovico
3. Lino de Matos

Suplentes

1. Filinto Müller
2. Eugênio Barros
3. Heribaldo Vieira

PTB**Titulares**

1. Vasconcelos Torres
2. Oscar Passos

Suplentes

1. Dix-Huit Rosado
2. Aarão Steinbruch

UDN**Titulares**

1. Dinarte Mariz
2. Eurico Rezende

Suplentes

1. Lopes da Costa
2. Zacarias de Assunção.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.
Secretária: Vera de Alvarenga Matia.

Comissão de Economia

Presidente: Filinto Müller.
Vice-Presidente: Eduardo Catalão.

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

- Filinto Müller.
Eugênio Barros.
Atilio Fontana.
José Guilomard.

Suplentes

- Jefferson de Aguiar.
Sigifredo Pacheco.
Sebastião Archer.
Josaphat Marinho.

PTB**Titulares**

- Eduardo Catalão.
Nelson Maculan.
Júlio Leite.

Suplentes

- Oscar Passos.
Bezerra Neto.
Pinto Ferreira.

UDN**Titulares**

- Adolfo Franco.
Lopes da Costa.

Suplentes

José Cândido.
Zacarias de Assunção.
Reuniões: Terças-feira, às 15,00 horas.
Secretário: Cld Brügger.

Comissão de Educação e Cultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel (PSD).
Vice-Presidente — Padre Calazans (UDN).

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

1. Menezes Pimentel
2. Walfredo Gurgel

Suplentes

1. Benedito Valladares
2. Sigifredo Pacheco

PTB**Titulares**

1. Adalberto Sena
2. Pinto Ferreira

Suplentes

1. Pessoa de Queiroz
2. Amaury Silva

UDN**Titulares**

1. Antônio Carlos
2. Padre Calazans
3. Mem de Sá

Suplentes

1. Adolfo Franco
 2. Milton Campos
 3. Arnob de Melo
- Reuniões: Quartas-feiras, às 15,00 horas.
Secretária: Vera de Alvarenga Matia.

Comissão de Finanças

(15 MEMBROS)

PTB — Argemiro de Figueiredo — Presidente

UDN — Daniel Krieger — Vice-Presidente

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

1. Victorino Freire
2. Lobão da Silveira
3. Sigifredo Pacheco
4. Wilson Gonçalves
5. Leite Neto

Suplentes

1. José Guilomard
2. Eugênio de Barros
3. Menezes Pimentel
4. Atilio Fontana
5. Pedro Ludovico

PTB**Titulares**

1. Bezerra Neto
2. Dix-Huit Rosado
3. Pessoa de Queiroz
4. Eduardo Catalão

Suplentes

1. Nelson Maculan
2. Lino de Matos
3. Vasconcelos Torres
4. Amaury Silva
5. Aurélio Vianna

UDN**Titulares**

1. Dinarte Mariz
2. Irineu Bornhausen
3. Lopes da Costa

Suplentes

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Eurico Rezende
4. João Agripino

PL**Titular**

1. Mem de Sá

Suplente

1. Aloysio de Carvalho
- Reuniões: Quartas-feiras, às 10,00 horas.
Secretário: Renato de Almeida Chermont.

Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima (PTB).
Vice-Presidente: Ruy Carneiro (PSD).

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

- Ruy Carneiro.
Walfredo Gurgel.
José Guilomard.
Raul Giuberti.

Suplentes

- Leite Neto.
Lobão da Silveira.
Eugênio Barros.
Júlio Leite.

PTB**Titulares**

- Vivaldo Lima.
Amaury Silva.
Heribaldo Vieira.

Suplentes

- Aurélio Vianna.
Pessoa de Queiroz.
Vasconcelos Torres.

UDN**Titulares**

- Eurico de Rezende.
Antônio Carlos.

Suplentes

- Lopes da Costa.
Zacarias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.
Secretário: Cld Brügger.

Comissão do Polígono das Secas

(5 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD).
Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PSB).

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

1. Wilson Gonçalves
2. Ruy Carneiro

Suplentes

1. Sigifredo Pacheco
2. Leite Neto

PTB**Titulares**

1. Dix-Huit Rosado
2. Heribaldo Vieira
3. Aurélio Vianna

Suplentes

1. Argemiro de Figueiredo
2. Arnob de Melo
3. Júlio Leite

UDN**Titulares**

1. Dinarte Mariz
2. José Cândido

Suplentes

1. João Agripino
2. Lopes da Costa.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16,00 horas.
Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Comissão de Redação

(5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado.
Vice-Presidente — Padre Calazans.

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

1. Walfredo Gurgel
2. Sebastião Archer

Suplentes

1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

PTB**Titulares**

1. Dix-Huit Rosado

Suplentes

1. Heribaldo Vieira

UDN**Titulares**

1. Padre Calazans
2. Júlio Leite

Suplentes

1. João Agripino
2. Josaphat Marinho.

Comissão de Relações Exteriores
(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD)
Vice-Presidente — Pessoa de Queiroz (PTB).

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

1. Benedito Valladares
2. Filinto Müller
3. Jefferson de Aguiar
4. Aarão Steinbruch

Suplentes

1. Menezes Pimentel
2. Ruy Carneiro
3. José Guionard
4. Victorino Freire

PTB**Titular**

1. Pessoa de Queiroz
2. Vivaldo Lima
3. Eduardo Catalão

Suplentes

1. Vasconcelos Torres
2. Oscar Passos
3. Algemiro de Figueiredo

UDN**Titulares**

1. Antônio Carlos
2. José Cândido
3. Padre Calazans
4. Arnon de Melo

Suplentes

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino
4. Mem de Sá

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: às quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Saúde**(5 MEMBROS)**

Presidente — Lopes da Costa (UDN)
Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB).

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

1. Pedro Ludovico
2. Sigefredo Pacheco

Suplentes

1. Eugenio Barros
2. Walfredo Gurgel

PTB**Titular**

1. Dix-Huit Rosado

Suplente

1. Adalberto Sena

UDN**Titular**

1. Lopes da Costa

Suplente

1. Dinarté Mariz

PSP**Titular**

1. Miguel Couto

Suplente

1. Raul Giuberti

Reuniões: Quintas-feiras às 15,00 horas.

Secretário: Eduardo Rui Barbosa.

(*) Republica-se por ter saído com incorreção.

Comissão de Segurança Nacional

UDN — Zacarias de Assunção — Presidente.

PTB — Silvestre Péricles — Vice-Presidente.

TITULARES

- PTB — Oscar Passos.
UDN — Irineu Bornhausen.
PSD — José Guionard.
PSD — Victorino Freire.
PSP — Raul Giuberti.

SUPLENTE

- PTB — Dix-Huit Rosado.
PTB — Eduardo Catalão.
UDN — Adolfo Franco.
UDN — Eurico Rezende.
PSD — Ruy Carneiro.
PSD — Atílio Fontana.
PSP — Miguel Couto.

Reuniões: Quintas-feiras — às 16,00 horas.

Secretário: Geraldo Lima de Aguiar.

Comissão de Serviço Público Civil**(7 MEMBROS)**

Presidente — Silvestre Péricles (PTB).

Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

1. Leite Neto
2. Sigefredo Pacheco

Suplentes

1. Victorino Freire
2. Benedito Valladares

PTB**Titulares**

1. Silvestre Péricles
2. Nelson Maculan

Suplentes

1. Pinto Ferreira
2. Eduardo Catalão.

UDN**Titulares**

1. Antônio Carlos
2. Padre Calazans

Suplentes

1. Dinarte Mariz
2. Lopes da Costa

PL**Titular**

1. Aloysio de Carvalho

Suplente

1. Mem de Sá.

Reuniões: Terças-feiras, às 16,00 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas**(5 MEMBROS)**

Presidente — José Feliciano (PSD)
Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN).

COMPOSIÇÃO**PSD****Titular**

1. José Feliciano
2. Sebastião Archer

Suplentes

1. Jefferson de Aguiar
2. Filinto Müller

PTB**Titulares**

1. Bezerra Neto
2. Lino de Mattos

Suplentes

1. Silvestre Péricles
2. Miguel Couto

UDN**Titular**

1. Irineu Bornhausen

Suplente

1. Zacarias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

Secretário: Alexandre Pfaender — Oficial Legislativo, PL-8.

(*) Republica-se por ter saído com incorreção.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961

(Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal).

— organização administrativa do Distrito Federal;

— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distrito Federal;

— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota do imposto de renda destinada aos Municípios.

Eleita em 15.6.1961, com exceção dos

Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em

30.2.1962;

Nelson Maculan — designado em

15.5.1962;

Lobão da Silva — designado em

23.4.1963.

Lopes da Costa — designado em

29.10.1962.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61;

Até 15-12-1963 — Requerimento número 778-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — Relator — PSD

2. Lobão da Silva — PSD

3. Ruy Carneiro — PSD

4. Benedito Valladares — PSD

5. Wilson Gonçalves — PSD

6. Nelson Maculan — PTB

7. Silvestre Péricles — PTB

8. Nogueira da Gama — PTB

9. Barros Barros — PTB

10. Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN

11. Lopes da Costa — UDN

12. Milton Campos — UDN

13. Heribaldo Vieira — UDN

14. Ruy Palmeira — UDN

15. Aloysio de Carvalho — PL

16. Mem de Sá — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961

Altera o § 1º do art. 191 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21.6.62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silva,

Wilson Gonçalves e

Amaury Silva, designados em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15.12.1962 — Requerimento número 610-61, aprovado em 14.12.1961;

Até 15.12.1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD

2. Lobão da Silva — Relator — PSD

3. Ruy Carneiro — PSD

4. Benedito Valladares — PSD

5. Wilson Gonçalves — PSD

6. Silvestre Péricles — Relator — PTB

7. Amaury Silva — PTB

8. Nogueira da Gama — PTB

9. Barros Carvalho — PTB

10. Daniel Krieger — UDN

11. Lopes da Costa — UDN

12. Milton Campos — UDN

13. Ruy Palmeira — UDN

14. Heribaldo Vieira — UDN

15. Aloysio de Carvalho — Presidente — PL

16. Mem de Sá — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1961

Dá nova redação ao item III do art. 95 da Constituição Federal.

(Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes).

Eleita em 27.6.1961, salvo os Senhores Senadores:

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;

Lobão da Silva, designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15.12.1962 — Requerimento número 609-61, aprovado em 14.12.1961;

Até 15.12.1963 — Requerimento número 779-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD

2. Lobão da Silva — PSD

3. Ruy Carneiro — PSD

4. Benedito Valladares — PSD

5. Wilson Gonçalves — PSD

6. Silvestre Péricles — PTB

7. Bezerra Neto — PTB

8. Nogueira da Gama — PTB

9. Barros Carvalho — PTB

10. Daniel Krieger — UDN

11. Lopes da Costa — UDN

12. Milton Campos — Vice-Presidente — UDN

13. Heribaldo Vieira — UDN

14. Ruy Palmeira — UDN

15. Aloysio de Carvalho — PL

16. Mem de Sá — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1961

Dá nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e restabelecimento de relações diplomáticas com países estrangeiros).

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Guilherme Mondim — designado em 29 de outubro de 1962.

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962.

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963.

Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.
 Pardo Ferreira — designado em 23 de abril de 1963.
 Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 607-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Menezes Pimentel — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Lobão da Silveira — PSD.
4. Ruy Carneiro — PSD.
5. Guido Mondin — PSD.
6. Silvestre Péricles — PSD.
7. Vivaldo Lima — PTB.
8. Amaury Silva — PTB.
9. Pinto Ferreira — PTB.
10. Eurico Rezende — UDN.
11. Daniel Krieger — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Lopes da Costa — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961

Acrescenta item ao artigo 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4, de 1961, que institui o sistema parlamentar de governo.

(Sobre a exoneração, por proposta do Senado, do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962.

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962.

Jefferson de Aguiar — designado em 23 de abril de 1963.

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.

Pinto Ferreira — designado em 23 de abril de 1963.

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963.

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Menezes Pimentel — PSD.
2. Ruy Carneiro — PSD.
3. Lobão da Silveira — PSD.
4. Jefferson de Aguiar — PSD.
5. Guido Mondin — PSD.
6. Pinto Ferreira — PTB.
7. Bezerra Neto — PTB.
8. Amaury Silva — PTB.
9. Vivaldo Lima — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Eurico Rezende — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Lopes da Costa — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 9, de 1961

Acrescenta dispositivo ao artigo 15, revoga o item V e o § 6º do art. 19, substitui o § 5º do art. 19 e o art. 22 da Constituição.

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — designado em 19 de outubro de 1962.

Jefferson de Aguiar — designado em 23 de abril de 1963.

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963.

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Menezes Pimentel — PSD.
3. Filinto Muler — PSD.
4. Guido Mondin — PSD.
5. Ruy Carneiro — PSD.
6. Amaury Silva — PTB.
7. Barros Carvalho — PTB.
8. Agemiro Figueiredo — PTB.
9. Bezerra Neto — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Eurico Rezende — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal (Aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinados aos Municípios).

Eleita em 28-3-1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30 de março de 1962.

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962.

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963.

João Agripino — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.

Josaphat Marinho — designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 783-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Lobão da Silveira — PSD.
5. Guido Mondin — PSD.
6. Silvestre Péricles — PTB.
7. Nogueira da Gama — PTB.
8. Barros Carvalho — PTB.
9. Milton Campos — UDN.
10. Heribaldo Vieira — UDN.
11. Lopes da — UDN.
12. João Agripino — UDN.

13. Eurico Rezende — UDN
 14. Aloysio de Carvalho — PL
 15. Josaphat Marinho — PTN
 16. Lino de Matos — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 11, de 1961

Acrescenta parágrafo 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal. (Criação de novos Municípios).

Eleita em 28-3-1962, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962.

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.

João Agripino — designado em 23 de abril de 1963.

Catete Pinheiro — designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 784-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Guido Mondin — PSD
6. Silvestre Péricles — PTB
7. Nogueira da Gama — PTB
8. Barros Carvalho — PTB
9. Milton Campos — UDN
10. Heribaldo Vieira — UDN
11. Eurico Rezende — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Lopes da Costa — UDN
14. Aloysio de Carvalho — PL
15. Miguel Couto — PSP
16. Catete Pinheiro — PTN

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Diretora

8ª REUNIAO REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 1963

Sob a presidência do Sr. Moura Andrade, Presidente, presentes os Srs. Mourão Vieira, 3º Secretário, Catete Pinheiro, 4º Secretário, Joaquim Parente, 1º Suplente, e Guido Mondin, 2º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Nogueira da Gama, Vice-Presidente, Ruy Palmeira, 1º Secretário, Gilberto Marinho, 2º Secretário, e Carlos Jerelissati, 3º Suplente.

A ata da reunião anterior é lida e, sem observações, aprovada.

E' distribuído ao Sr. 3º Secretário o processo no qual a Diretora do Quadro Anexo solicita aumento para o pessoal admitido como "pro-labore" para trabalhar no Palácio Monroe.

A Comissão, em seguida, indefere o pedido formulado pelo Governador de São Paulo para que Jorge Miguel Conceição, Auxiliar de Portaria, PL-10, seja posto à sua disposição.

Em relação ao estacionamento de carros nos jardins do Palácio Monroe, delibera a Comissão o seguinte:

1) O pátio de estacionamento reservado ao Senado, nos jardins do Monroe, passará a ser policiado por guardas do Estado Maior das Forças

Armadas, para evitar que prossigam os abusos que ali se verificam, ao ponto de impossibilitarem o uso de mesmo pelos Senhores Senadores e pelos funcionários do Quadro Anexo.

2) De acordo com o levantamento feito, o pátio comporta o estacionamento de 90 veículos, tendo sido destinada uma vaga para cada um dos Senhores Senadores e três vagas para a Comissão Diretora, cabendo as demais aos funcionários da Casa que ali exercem a sua atividade.

3) As vagas atribuídas aos Senhores Senadores são transferíveis, não o sendo, porém, as atribuídas a Comissão Diretora e aos funcionários.

4) Cada veículo corresponderá um cartão numerado de 1 a 90, não sendo permitido o ingresso de veículos desprovido do referido cartão.

O Sr. Presidente, em seguida, dá conhecimento da resposta que recebeu do Chefe da Casa Civil da Presidência da República ao ofício que lhe dirigira, solicitando a sua cooperação, com referência à grave situação criada pelo deslocamento de 21 famílias de servidores do Senado, em perspectiva de mais 25 serem atingidas.

Em seu ofício, depois de salientar as dificuldades que enfrenta o Governo no setor habitacional, informa o Sr. Evandro Lins e Silva haver determinado ao GTB as seguintes providências:

a) que assuma a responsabilidade das despesas de hospedagem e de alimentação no restaurante do GTB das 21 famílias, removidas para o Imperial Hotel, pelo prazo de um mês.

b) Findo esse prazo e na hipótese de não haver possibilidade de recaptação do Bloco 56 — da Asa Norte — sejam destinadas 21 casas, das que estão em final de construção no setor econômico residencial Sul, para abrigar os referidos servidores mediante permuta com o bloco 56;

c) Sejam reservados 50 lotes no mesmo local a fim de que possa o Senado, através de crédito especial que se propõe abrir, em convênio com o GTB, construir igual número de residências para os seus servidores.

A Comissão incumba os Srs. Secretário, 1º e 2º Suplentes de examinar as medidas a serem adotadas, no caso.

Prossigindo, o Sr. Presidente dá, ainda, conhecimento de ofício do 4º Secretário da Câmara dos Deputados, no qual, depois de salientar que aquela Casa luta com a mesma deficiência de habitações, que o Senado enfrenta o alto espírito de colaboração da Mesa do Senado, no sentido de autorizar que, de sua quota, sejam compensados aqueles apartamentos que, pertencentes à Câmara, continuam ocupados pelos ex-deputados eleitos Senadores, em número de 12.

A Comissão determina se verifique a situação dos apartamentos dos Senadores não reeleitos, a fim de determinar as providências que se fizerem necessárias.

Delibera a Comissão Diretora agir judicialmente no sentido de reaver os apartamentos da quota do Senado, que não lhe foram restituídos ou que se achavam ocupados por funcionários ou terceiros, de vez que a sua destinação originária fora exclusivamente para os Srs. Senadores.

Para esse fim, o Sr. 1º Secretário deverá encaminhar ao Procurador Geral da República os documentos necessários à solicitação imediata, perante a Justiça, através de ação de reintegração de posse, com pedido de mandado liminar, conforme consta das Cláusulas do Termo de Ocupação.

Tendo a Comissão verificado que não existe nos contratos a figura jurídica do segundo ocupante, mas apenas a autorização de ocupação com comitente do apartamento por outros funcionários que tenham sido designados no ato da ocupação; tendo verificado, ainda, que o contrato se encerra com o termo da missão do ocupante; tendo verificado, também, que

o contrato não transfere nem subroga a nenhuma outro ocupante os direitos, vantagens, e demais prerrogativas concessas ao titular da ocupação; pelo contrário, que os eventuais ocupantes fiquem sujeitos exclusivamente às obrigações contratuais, sem acesso aos direitos deles decorrentes. Verificando, pelo contrário, que entre essas obrigações está a de que, vencido o prazo de ocupação pela extinção do mandato eletivo de que estivera investido o titular e, verificando, por último, que o contrato estabeleça que o não cumprimento da obrigação de restituir o apartamento importa nas cominações previstas para as ações de reintegração de posse, com mandato *instituído*, decide a Comissão Diretora que o Senhor Primeiro Secretário solicite do Procurador Geral a proposição das referidas ações contra funcionário ou não, que, a qualquer título, pretexto ou invocação de pretensos direitos, cu sob outras alegações, estejam ocupando os apartamentos dos ex-Senadores.

O Sr. 4º Secretário, a seguir, solicita, em nome dos integrantes dos Pequenos Partidos, representação do Bloco nas Delegações de que o Senado participe.

Presseguindo, determina a Comissão que o Diretor Geral remeta para as despesas do Quadro Anexo importância de um milhão de cruzeiros.

Na vaga aberta com a promoção à classe superior de Manoel de Andrade Moura a Comissão em cumprimento ao critério estabelecido com os Líderes, nomeia Mário Ferreira Barbosa para o cargo de Motorista, PL-10.

O Sr. 4º Secretário, em seguida, lembra a necessidade da aquisição de carros para os Senadores e Chefes de Serviços que fazem jus aos mesmos, nos termos da Resolução nº 8, e do Regulamento. A Comissão aprova, por unanimidade o Relatório do Sr. 4º Secretário que foi incumbido de sugerir o número de veículos, a marca e os titulares que a eles têm direito.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, encerra os trabalhos, lavrando eu, Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral e Secretário da Comissão a presente ata.

Comissão Especial de Estudo do Convênio do Café a longo prazo

CRIADA EM VIRTUDE DO REGIMENTO Nº 615-62, DO SR. NELSON MACULAN

As 17,00 horas do dia 16 de maio de 1963, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jefferson de Aguiar, Pedro Ludovico, Padre Calazans, Irineu Bornhausen e Nelson Maculan, reúne-se a Comissão Especial de Estudo do Convênio do Café a Longo Prazo.

Em obediência ao preceito Regimento, assume a presidência o Sr. Senador Pedro Ludovico que, declarando instalada a Comissão Especial determina seja procedida a eleição para os Cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de *crutínio* secreto, por cédulas uninominais, previsto no artigo 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Sr. Senador Irineu Bornhausen.

Concluída a votação, abura-se o seguinte resultado:

Para Presidente	
Senador Jefferson de Aguiar	4
Senador Pedro Ludovico	1
Para Vice-Presidente:	
Senador Nelson Maculan	4
Senador Padre Calazans	1

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa Relator da matéria precipua à Comissão Especial, o Sr. Senador Irineu Bornhausen.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Eu-

rico Jacy Ayler, Secretário *ad-hoc*, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros.

Comissão de Constituição e Justiça

9ª REUNIÃO EM 29 DE MAIO DE 1963

As dezesseis horas, do dia vinte e nove de maio de mil novecentos e sessenta e três, na Sala das Comissões de Constituição e Justiça do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Nilton Campos, Presidente, Jefferson de Aguiar, Ruy Carneiro, Lobão da Silveira, Josaphat Marinho, Amaury Silva, Bezerra Neto, Pinto Ferreira, Aloysio de Carvalho e Eurico Rezende, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Wilson Gonçalves.

E' lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Amaury Silva para relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1963, que reestrutura o aparelhamento policial da União, e de outras providências.

Com a palavra o Senhor Relator esclarecendo ter proferido, em reunião anterior, parecer sobre a matéria, ficando, entretanto, sobrestada.

O Senhor Senador Jefferson de Aguiar solicita, e obtém, vista do Projeto, ocasião em que sugere convoque o Senhor Presidente uma reunião extraordinária para o dia seguinte a fim de apresentar o seu voto.

A Comissão, por unanimidade, aprova a sugestão do Senhor Senador Jefferson de Aguiar, marcando uma reunião para o dia trinta às quinze horas.

Continua com a palavra o Senhor Senador Amaury Silva, que relata, favoravelmente, Projeto de Resolução número 12, de 1963, com duas emendas do Senhor Senador Jefferson de Aguiar, apresentadas na Comissão de Justiça; que aplica aos servidores do Quadro da Secretaria do Senado Federal disposições da Lei número 4.019, de 20 de dezembro de 1961.

Em discussão, é aprovado por unanimidade.

Prosseguindo, o Senhor Presidente dá a palavra ao Senhor Senador Lobão da Silveira, que relata, pela inconstitucionalidade, Projeto de Lei do Senado número 34, de 1962, que dispõe sobre os cursos de medicina e o aproveitamento de doutorandos no exercício profissional em Municípios.

Em discussão, é aprovado por unanimidade.

Continuando, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Pinto Ferreira, que relata, pela aprovação do cargo isolado, de provimento efetivo, do Quadro para Assuntos Econômicos.

Em discussão, o Projeto é longamente debatido, concluindo a Comissão, unanimemente, pela sua aprovação.

O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Lobão da Silveira, que relata, concluindo por apresentação de um Projeto de Resolução nos termos do Regimento Interno, Ofício número 370, do Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópias autenticadas do acórdão, que declara inconstitucionais o artigo 2º da Lei número 1.215, de 6 de fevereiro de 1959, e o Decreto 501, de 25 de fevereiro de 1959, do Estado de Mato Grosso.

Continua com a palavra o Senhor Senador Lobão da Silveira, que relata, favoravelmente, Projeto de Lei do Senado número 49, de 1962, que declara de utilidade pública a Asso-

ciação Brasileira de Escolas Médicas (ABEM) com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Em discussão, é aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Ruy Carneiro, que relata, favoravelmente, Projeto de Lei do Senado número 23, de 1963, que declara de utilidade pública o Instituto dos Advogados do Paraná, com sede em Curitiba.

Em discussão, é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, da qual eu, Ronaldo Ferreira Dias, Secretário, lavro a presente ata, que aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 49ª SESSÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 30 DE MAIO DE 1963

(Extraordinária matutina)

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE, NOGUEIRA DA GAMA E CATETE PINHEIRO.

As 10 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Mourão Vieira
Arthur Virgílio
Zacharias de Assumpção
Catete Pinheiro
Eugenio Barros
Victorino Freire
Joaquim Parente
Siciliano Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Argemiro de Figueiredo
João Agripino
Pessoa de Queiroz
Pinto Ferreira
Silvestre Pericles
Rui Pimenta
Heriberto Vieira
Leite Neto
Aloysio de Carvalho
Eurico Rezende
Raul Gubert
Aurelio Viana
Nogueira da Gama
Bezerra Neto
Nelson Maculan
Amaury Silva
Cundo Mondim
Daniel Krieger
Mem de Sá (30)

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede a leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

Prestação de contas da conta do imposto de renda recebida das Prefeituras Municipais:

— do Prefeito Municipal de Colônia Leonorina, AL;
— do Prefeito Municipal de Barrão, MG;
— do Prefeito Municipal de Conceição dos Ouros, MG;
— do Prefeito Municipal de Cruzília, MG;
— do Prefeito Municipal de Rio Pomba, MG;
— do Prefeito Municipal de São Gonçalo do Sapucaí, MG;
— do Prefeito Municipal de Itobi, SP;
— do Prefeito Municipal de São Miguel Arcanjo, SP.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

(Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo a tribuna, nesta manhã, fazendo questão de ressaltar que, o faço não na qualidade de Líder de meu Partido, ou sequer na qualidade de Senador trabalhista, mas como brasileiro que a confiança de seus conterrâneos enviou a esta alta Casa do Congresso Nacional.

Faço esta ressalva, Sr. Presidente, porque há posições das quais não abdicoo, que colocoo, acima de qualquer responsabilidade de liderança ou acima, mesmo de qualquer responsabilidade partidária; são aquelas posições do brasileiro, do homem que encara seu País com sentimento verdadeiramente patriótico, que deseja ver seu País alcançando numa posição de grandeza econômica social e política livre de quaisquer grilhões que o prendam a interesses estranhos aos seus.

E nesta qualidade de brasileiro que venho estranhar, perante o Senado da República, as andanças do Senhor Embaixador dos Estados Unidos da América pelo nosso País, a falar, aqui e ali, a discursar em cidades, em capitais, em reuniões de associações de classe, usando linguagem muitas vezes afrontosa à soberania nacional.

O Sr. Victorino Freire — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com prazer.

O Sr. Victorino Freire — V. Exª sabe do apréio e da amizade que nos vinculam há muitos anos. Na nossa região amazônica, uma das mais abandonadas, estamos sempre juntos e solidários. Todavia, para que o meu silêncio não seja interpretado, como em consentimento ou aprovação, afirmo que o Sr. Embaixador dos Estados Unidos foi ao Maranhão a convite do seu Governo e de sua Pandaca no Congresso e não espontaneamente. Foi recebido no meu Estado com as honras e o acatamento que devemos tributar ao representante de um País, com quem mantemos as melhores relações de amizade. O Sr. Embaixador Lincoln Gordon falou na Assembleia Legislativa, na Faculdade de Direito, no Sincirato, atendendo sempre a convites, com elevação e equilíbrio exemplares. Perguntado, na Faculdade de Direito, por estudantes, se não achava que o capital estrangeiro era motivo da entrave ao desenvolvimento do Brasil, S. Exª teve uma resposta que recebeu aplausos: "Não acho, porque há capitais estrangeiros e capitais estrangeiros".

Se o capital estrangeiro representasse a desgraça para um país, por que o Maranhão e o Piauí, onde não há qualquer investimento alienígena, não possuem a riqueza e o progresso de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Guanabara? Por estas razões, data vênio, ao considerando o apréio que tenho pelo amigo, penso ter dado uma explicação sobre a visita, ao meu Estado, do Embaixador da grande Nação do Norte.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — V. Exª dá um testemunho. Felicitoo o Maranhão por não ter sido palco de tais ofensas, que se vêm verificando, à soberania nacional, nas vilas e terras do Sr. Embaixador Lincoln Gordon, pelo nosso território.

Infelizmente, isso não aconteceu em outros Estados, meu eminente colega. Recentemente, em São Paulo, o Senhor Embaixador dos Estados Unidos da América investiu contra o chamado Movimento Nacionalista deste País, classificando inclusive, de nacionalistas irracionais aqueles que defendem o interesse econômico do Brasil, em face da exploração e exploração do capital estrangeiro colonizador que aqui está. Não tem o Sr. Embaixador Lincoln Gordon direito de julgar as posições dos brasileiros dentro de sua Pátria, sobretudo quando na defesa

de interesses que são nossos e que só a nós dizem respeito. No entanto, S. Ex.^a se permitiu usar dessa expressão, no Estado de São Paulo e envolvendo-se, ainda recentemente, como não pode haver dúvida, em assuntos da exclusiva soberania do povo brasileiro.

O Sr. Mem de Sá — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Pois não.

O Sr. Mem de Sá — Quero dizer ao eminente colega que o Embaixador Lincoln Gordon está fazendo, no Brasil, o mesmo que o nosso Embaixador Roberto Campos faz nos Estados Unidos. Tere, oportunidade, se V. Ex.^a desejá-lo, de lhe oferecer alguma das conferências que o nosso grande Embaixador Roberto Campos tem feito nos Estados Unidos a convite, em que de repente, com rara e excepcional hospitalidade, a situação do Brasil, S. Ex.^a dirige críticas bastante agudas à posição e à atitude dos norte-americanos, na sua suposta ideia de que são sacrificados por ajudarem os países subdesenvolvidos. O Embaixador Roberto Campos tem feito preleções que os bons nacionalistas brasileiros, creio, suscitariam com satisfação. O Embaixador Lincoln Gordon só vai aonde é convidado e só faz conferências quando nos jornais, apenas usou e glosou a solicitação. Em São Paulo, pelo que li divisão que o eminente líder trabalhista, Ministro San Tiago Dantas, já fez e divulgou, dividindo os nacionalistas em positivos e negativos, expondo a doutrina desse grande expoente do P.T.B. Criticou, como o Senhor Ministro, o nacionalismo negativo para exaltar o nacionalismo positivo.

O Sr. Victorino Freire — O Senhor Juscelino Kubitschek de Oliveira fez as mesmas críticas, nas conferências que pronunciou nos Estados Unidos e os americanos não se sentiram atingidos na sua soberania.

O Sr. Mem de Sá — Ele estava apenas seguindo a esteira da melhor doutrina do Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Dirigido ao eminente colega Senador Mem de Sá pelo aparte que ressaltava a atuação do Embaixador brasileiro nos Estados Unidos e a opinião do do Professor San Tiago Dantas.

Mas, inclementemente, devo salientar a diferença tremenda que na entre o pronunciamento de um Embaixador de país desenvolvido e devedor, a propósito de relações comerciais, e o de um político como o que vem fazendo o Embaixador dos Estados Unidos no nosso País. Que o Sr. San Tiago Dantas faça as classificações que entender a respeito da atuação dos nacionalistas brasileiros é um direito. Gostaria de saber em que posição o Sr. Embaixador dos Estados Unidos coloca o Sr. Ministro da Fazenda.

Mas, o que não se pode esquecer, Sr. Senhores, é que o Embaixador dos Estados Unidos fala aqui como representante de um país credor ao qual o uso o tem, de espaço a espaço, solicitado empréstimos e moratórias; de um país que acumula, ano a ano, em nosso território, capitais fabulosos que não são aqueles que aqui entraram orgânicamente mas que são os que se multiplicam por passe de mágica, nos lucros dos royalties, nos dividendos, nas concessões de ativo, formando uma concentração de poder econômico que não sei se, em breve, liquidará em definitivo com a soberania deste País.

O Sr. Victorino Freire — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com todo prazer.

O Sr. Victorino Freire — O Sr. Ministro San Tiago Dantas declarou, em entrevista, que ao Embaixador Lincoln Gordon, à sua inteligência é boa vontade para com o Brasil, ele deveu assistência permanente durante a sua

viagem aos Estados Unidos, em que procurou remover os embargos, pois havia nos Estados Unidos um clima de certa desconfiança quanto a política externa e interna adotada pelo Brasil. E' o depoimento de S. Ex.^a, o Ministro San Tiago Dantas, que eu julgo um grande brasileiro, sobretudo um grande e corajoso patriota que vem tentando por todos os meios conter a inflação desordenada a que estamos submetidos, depolimento, que eu não posso, em absoluto, recusar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — É uma opinião do Sr. Professor San Tiago Dantas.

O Sr. Victorino Freire — Opinião que envolve todo o Governo, porque é o Sr. Ministro de Estado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — S. Ex.^a tem o direito de externá-la, de adotá-la.

O Sr. Victorino Freire — Opinião que não é pessoal S. Ex.^a falou como Ministro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Entretanto, passo as vistas pela História da América Latina, eminente Senador Victorino Freire, e encontro dezenas e dezenas de excusões dos fuzileiros norte-americanos para garantir o seu capital aplicado em vários Países do nosso Continente.

Encontro dezenas de excusões armadas, da grande Nação do norte, na defesa de interesses seus, que ela considerava ofendidos pela soberania de outras Nações. E verifico, nesta hora, que o nosso País é talvez um dos que mais devem aos Estados Unidos, e é o País onde se verifica — como disse há pouco — uma concentração de capital americano sem precedentes na História de qualquer outro povo.

Recordo, também, para citar ao Senador, palavras do Presidente Wilson que declarou que nenhuma Nação empresta a outra sem interesse político e que a Nação que recebe um empréstimo se submete politicamente àquela que dá o empréstimo. E não há, eminente Senador Victorino Freire, como recusar que por falta de patriotismo nosso, por imprevidência nossa e também por traição nacional de muitos, a concentração de capital americano no Brasil já se vem constituindo uma ameaça inclusive à nossa soberania.

Lembro-me de um discurso famoso do Presidente Getúlio Vargas, nos idos de 1931, quando denunciou ao País que altos funcionários brasileiros, pisando uma lei votada pelo Congresso desprezando um diploma legal legítimo, se colocaram a serviço do capital estrangeiro, e fizeram com que se erdissem daqui 500 milhões de dólares, abusivamente, criminosamente arrancados do nosso esforço do nosso trabalho, da nossa produção, taria numérico suficiente para o plano de desenvolvimento econômico do nosso País.

Vê V. Ex.^a que foi um Presidente da República que se viu obrigado a fazer a denúncia de que altos funcionários brasileiros criminosamente haviam concorrido para essa sanar nas nossas reservas, na nossa economia, na nossa poupança, no produto do nosso esforço.

O Sr. Victorino Freire — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com prazer.

O Sr. Victorino Freire — Pergunto a V. Ex.^a que punição receberão esses funcionários, se a denúncia era do Presidente da República. Não posso me conformar com isso, como absolutamente não me conformo com muitos fatos, principalmente, na atual situação, quando vejo falar-se em autodeterminação dos povos. Na consciência do Brasil, a autodeterminação dos povos só diz respeito a Cuba? Por que se procura intervir em Portugal, num País amigo, nas relações com as suas colônias? Foi, com

o Vice-Presidente desta Casa, o nobre Senador Rui Palmeira, visitar as províncias portuguesas a convite do Governo de Portugal, e ali não encontrou colonialismo. Encontrou colonização, integração perfeita entre homens e negros, das melhores relações sociais, em Angola. Daí procedemos que quanto ao princípio da autodeterminação, o Brasil adota uma posição de duplicidade, primeiramente no que se refere a Cuba. Acho que não devemos interferir em assuntos privados da economia interna de outro país. Mas, a verdade é que na mensagem do Sr. Presidente da República incluíram um trecho contra o País amigo, Portugal, contrário ao princípio de autodeterminação, condenando a política adotada com relação às suas Colônias. Este é o problema do povo português, e por ele deve ser resolvido. De outro modo, não me conformo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — O tema da autodeterminação dos povos é de fato, palpante e embora não tenha, em verdade, relação com o discurso que venho proferindo, deve ser defendido por países como o nosso, com intransigência inarredável.

O Sr. Victorino Freire — E não ser duplice; neste ponto essa de acordo com V. Ex.^a

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — ... porque é a autodeterminação dos povos que assegura a liberdade.

O Sr. Victorino Freire — Já tivemos o caso de um Embaixador do Brasil, em Portugal, procurando conspirar contra o Governo de Salazar. Fomos até obrigados — juntamente com o Senador Vivaldo Lima — a pedir uma comissão de médicos para julgar a sanidade mental daquele Embaixador. Foi necessário um grande esforço de nossa parte para afastá-lo das funções. Portanto, a autodeterminação que o Brasil adota é dubia. Parecemos um país de loucos, a jogar de um lado para outro. Ainda por esse fato que entrei em choque com o Senador Affonso Arnes, porque não admitia nenhuma restrição à autodeterminação dos povos. Entendo que se o regime português é ruim, o povo português que decida sobre ele. Nenhum Embaixador, brasileiro ou americano, pode, nem deve opinar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — É o que estou fazendo, protestando contra os "palpites" do Embaixador americano.

O Sr. Victorino Freire — Este é um caso diferente, porque o Embaixador Lincoln Gordon visitou o meu Estado a convite do Governador do Maranhão e de minha Bandeira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Nobre Senador Victorino Freire, recebo sempre os apêndices de V. Ex.^a com o maior agrado mas permitia-me o nobre colega que respondia ao princípio.

Lembro que a autodeterminação dos povos mereceu a mais resoluta defesa do homem público que V. Ex.^a acaba de elogiar, o Sr. Ministro San Tiago Dantas, em discurso pronunciado na Conferência de Porto Delgado e quando ressaltou que a obra do Direito é a maior arma de resguardo da soberania dos povos fracos. Hoje Tobias Barreto é a boca do "Direito Internacional é a boca do canhão", mas talvez dissesse que a força do Direito Internacional é a boca do canhão. Se as nações fracas e desarmadas não se resistirem, e não tiverem a solidariedade dos demais povos, a desaparecerá a soberania das Nações que não tiverem a bomba de hidrogênio para a sua defesa.

O Sr. Victorino Freire — Estou de acordo com V. Ex.^a na intransigente defesa da auto-determinação para os povos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Está aí a autodeterminação de Cuba, de Portugal, da Rússia...

O Sr. Mem de Sá — A de Berlim.

O Sr. Victorino Freire — A de qualquer povo subjugado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — ... de Berlim da China, de qualquer país.

O Sr. Mem de Sá — A questão de Berlim é sempre e quedida.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — A questão de Cuba, como citei Cuba, China, enfim, outros povos.

O Sr. Victorino Freire — O fato é que não se pode falar em soberania dos povos citando Cuba e Portugal, ou vice-versa. Menos ainda visto a uniformidade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Quando cito aqueles países, que não estão sendo combatidos pelos Estados Unidos da América do Norte.

O Sr. Mem de Sá — Mas a questão é que, em geral, os nacionalistas se lembram de Cuba.

O Sr. Victorino Freire — Quero, de posse, dar um esclarecimento a V. Ex.^a. Volto ao caso por um momento, pela minha origem, meu neto é filho de portugueses, deles não me desligo. Portugal tem auto-estima para resolver seus problemas, resolver, portanto, se o seu Governo é bom ou não. Mas o Embaixador do Brasil em Portugal, chamou o Ministro das Relações Econômicas em Genebra, e propôs-lhe derrubar Salazar dizendo que iria ganhar o Prêmio Nobel da Democracia. "Com isso nós vamos a dar a caduça" — disse-lhe o Ministro.

(Riso). E avisou ao Presidente da República para que retirasse o Embaixador, que é louco — eu já o disse ao Senado. Tudo fez em Portugal contra o Governo do país irmão; só falta agora ficar a nu no largo do Rio de sombrinha, para desmoralizar ainda mais o Brasil. (Riso).

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — permita-me eminente colega, Senador Victorino Freire, que eu continue a falar nessa incursão, nesse problema da autodeterminação — acudindo ao pedido de V. Ex.^a — que o Brasil a defenda para todos os povos.

O Sr. Victorino Freire — Estou satisfeito com V. Ex.^a

O Sr. Mem de Sá — Principalmente para com o povo cubano que não tem autodeterminação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Como não tem o povo português, o esbanhol, o paraguaio, e também o de Haiti.

O Sr. Mem de Sá — A maior parte das nações não a têm.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — A maior parte dos países sul-americanos não têm a autodeterminação...

O Sr. Mem de Sá — Eles que resolvam seus problemas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — ... no entanto a preocupação maior é com Cuba, porque foi Cuba que fez a primeira reação, na América Latina, contra a denominação econômica dos Estados Unidos da América do Norte. É preciso que se ressalte isso. Essa campanha contra Cuba, tem esse sentido porque Cuba significa um "destino" exemplo para a América Latina. Este pequeno País teve a coragem de expulsar do seu território, a exploração, o capital colonizador escravista dos Estados Unidos da América do Norte, uma das maiores se não a maior potência do mundo.

Defendo a autodeterminação de Cuba como a de Portugal.

O Sr. Mem de Sá — E da Hungria que é esmagada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Da Hungria de qualquer parte. De Portugal onde estive há pouco e senti um regime de terror, esmagando um povo liquidando com as aspirações libertárias da pátria portuguesa que onseja por dias mais felizes.

O Sr. Mem de Sá — A mesma situação do povo cubano; esmagado por uma ditadura.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Exato mas o fato é que se fala só em Cuba. Não se fala da ditadura que existe em Portugal.

O Sr. Mem de Sá — Eu falo nos dois países.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Eu também tenho falado dos dois em várias oportunidades; mas não tenho coragem de falar nos dois. Sou daqueles que não comem Cuias; mas tenho ouvido algumas as que a combatem.

Em várias oportunidades, tenho defendido a autodeterminação tanto para Cuba como para Portugal.

O Sr. Victorino Freire — Defendo a autodeterminação dos povos, e o Sr. San Thiago Dantas recebeu milhã de solidariedade quando defendeu a farsa da autodeterminação dos povos. O que não é possível, o que não é como Senador e este é o sentimento do meu Estado e que se vá em busca do povo português. O regime e assim, resolvam eles os seus problemas. Nos nada temos com Cuba, nem com Portugal. Que essas nações resolvam seus problemas sem a interferência do Brasil. Estou com V. Ex., a respeito da autodeterminação para todos os povos. Que seja Portugal, dono de seu destino; não cabe a nós atacar a Salazar, nem a Fidel Castro, e se "barbado", fique cada um no seu posto. Cada um resolva seu problema. Este meu ponto de vista.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Esta é uma posição respeitável. Mas é preciso que não se confunda Salazar com o povo português, não se confunda Fidel Castro com o povo cubano, ou Khrushchev com o povo russo, ou qualquer ditador com os povos que mantêm sob domínio.

O Sr. Mem de Sá — Muito bem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Há uma diferença muito grande entre o regime adotado por esse país, e o povo do seu país.

Nessa viagem que fiz à Europa não me senti tão à vontade em uma nação como quando pisei o solo de Lisboa. Era, como estive no Brasil, na minha própria casa, ouvindo a mesma língua, sentindo o calor da amizade fraterna. Verifiquei que os elos sentimentais que nos unem ao povo português são aqueles mais estreitos que os anos não depreciam. Mas, nem por isso deixei de verificar meu nobre colega o sofrimento daquele povo que aspira pela liberdade, nem por isso deixei de sentir que esse Embaixador que V. Ex. classifica de louco é o brasileiro mais popular em Portugal, conhecido por qualquer homem da rua...

O Sr. Victorino Freire — Não apoiado. Eu também lá estive. Não apoiado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — ... como verifiquei, que os homens públicos de proteção neste país que defendem o regime português também são conhecidos mas conhecidos de uma outra forma, porque enquanto exaltam esse Embaixador que entrou em contato com o regime ditatorial de Portugal eles condenam a atuação desses brasileiros que defendem o regime salazarista. Conheci esse povo conversando com motoristas de táxi, garçons dos hotéis, homens do povo.

O Sr. Victorino Freire — Eu também fiz a mesma coisa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Faria questão de inventar suas opiniões que só a quívia, quando me identificava como senador brasileiro, alheio ao que se passava em Portugal, membro de um partido que não poderia pelas suas origens, pela sua destinação histórica, concordar com regime daquela natureza. Foi isso. Mas, ainda assim, defendendo para Portugal a mesma autodeterminação que defendo para Cuba. Que o povo português resolva o seu problema, e espero que ele o faça em breve, obtendo esta ditadura sangüinária também, que já está encalçando no forte de Cascais...

O Sr. Victorino Freire — O mesmo desejo V. Ex. deve demonstrar também em relação ao povo cubano.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Já declarei que desejo isso, que todos os povos fruam da liberdade que temos

aqui o direito de fruir, porque não faço quanto a isto a discriminação que outros fazem. O que desejo é um regime livre.

O Sr. Victorino Freire — Em Cuba não há liberdade. Existe o "paredon".

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Em Portugal não há "paredon", que é ainda um ato de coragem, mas não o assassinato frio pela PIDE, de homens humildes que sofrem a perseguição de um Governo sangüinário e cruel.

O Sr. Victorino Freire — Não apoiado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Converse V. Ex. com os portugueses. Vá V. Ex. à Fortaleza de Cascais, lá na estrada de Estoril, vá verificar quantos homens que cometeram o crime de amar a liberdade e de desejar a liberdade para Portugal estão encarcerados, privados do direito de viver como homens livres.

O Sr. Victorino Freire — Em Portugal ainda há "paredon".

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Mas só Fidel Castro preocupa! Só Fidel Castro é o ditador que não tem o direito de matar; mas Salazar é um ditador que tem, inclusive, o direito de matar.

O Sr. Victorino Freire — Eles que resolvam os problemas deles, nós é que não temos nada com isso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Perfeito. Por isso mesmo é que estou aqui defendendo a soberania de meu país que considero ameaçada nesta hora, quando o Embaixador dos Estados Unidos anda pelos Estados, como ainda há pouco o fez em São Paulo, envolvendo-se em questões internas que só a nós dizem respeito.

O Sr. Mem de Sá — E a mesma coisa nos Estados Unidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — É diferente, meu eminente colega, é diferente. Foi apenas sobre os aspectos econômicos das relações do Brasil com os Estados Unidos e eu conheço os seus pronunciamentos...

O Sr. Mem de Sá — O Presidente Kubitschek foi aos Estados Unidos pago...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Há uma diferença ainda maior.

O Sr. Mem de Sá — ... pago pelas universidades americanas e fez uma gira...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Não se envolveu na política interna dos Estados Unidos.

O Sr. Mem de Sá — e críticas acerbas aos Estados Unidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Não se envolveu na política interna dos Estados Unidos. Eu conheço também os pronunciamentos do Sr. Senador Jusefino Kubitschek. S. Exa. não se envolveu, um só momento, na política interna dos Estados Unidos e há uma diferença.

O Sr. Mem de Sá — E o país que permite a mais ampla liberdade de crítica ao próprio governo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — E há uma diferença que vou repetir, é que eles têm a bomba de hidrogênio e nós não a temos; eles têm milhares de aviões de guerra e nós não os possuímos; eles tem um exército poderosíssimo de que nós, também, não dispomos. E há mais ainda, é o credor que permite ao devedor fazer suas queixas e reclamações.

No caso do Embaixador é diferente, porque um representante de país credor do Brasil que tem, aqui, concentração de capital, o fato representa uma ameaça à nossa soberania.

O Sr. Mem de Sá — Qual o montante do capital americano investido no Brasil?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Tenho a impressão de que todos o desconhecem; e ninguém sabe a magnitude para aumentá-lo. São capitais tão grandes, tão fabulosos que, para aqui vieram com a convicção de brasileiros.

O Sr. Mem de Sá — A SUMOC pode informar pois na Lei de Remessa de Lucros ficou estabelecido isto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — A SUMOC não encontrou condições para aplicar a Lei.

O Sr. Mem de Sá — A parte referente ao registro de capital já foi feita.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — A SUMOC não está executando a Lei de Remessa de Lucros, como o desejo, o Congresso Nacional.

Essa Lei recebeu o combate mais frontal das camadas as mais importantes da vida brasileira, de modo que não sei se será sequer executada.

O Sr. Mem de Sá — O Presidente da República é o Senhor João Goulart.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — ... nem se produzirá os mesmos efeitos da lei e que se referiu Getúlio Vargas e ora foi burlada.

O Sr. Mem de Sá — Naquela época o Presidente da República era o Senhor Getúlio Vargas; agora é o Senhor João Goulart. Se a lei não é cumprida a culpa cabe ao Presidente da República que não pune os funcionários por não executarem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Talvez a culpa não seja só do Presidente da República.

O Sr. Mem de Sá — O regime é presidencialista. O Presidente tem todos os poderes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Vossa Excelência sabe, perfeitamente, das injunções e pressões que sofre o Presidente da República num País como o nosso.

O Sr. Mem de Sá — Vossa Excelência não se refere às forças ocultas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Às vezes não são ocultas. Tem o topete de pronunciar discurso, como fez o Senhor Adolfo Berle Júnior, ofendendo a nossa soberania. É de admirar que não surjam levantistas em todo o País, de ponta a ponta.

O Sr. Mem de Sá — O Senhor Getúlio Vargas deu o discurso previamente e com ele concordou. Leu e gostou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Não sei se leu e se gostou: Vossa Excelência está fazendo afirmativa temerária.

O Sr. Mem de Sá — Isto é sabido por todos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Isto não é sabido porque não há nada registrado a respeito. Talvez seja apenas o processo do disse-me-disse, meio usado, neste País, para desacreditar os homens públicos que defendem os interesses nacionais.

O Sr. Mem de Sá — O fato foi publicado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Lembro-me de episódio recente que envolve um jornal de autoridade, desta Nação. Soube-se que o seu Diretor recebe percentagens de material americano vendido neste País. No entanto, tem a tope de acusar o Deputado Almino de latifundiário no Rio Madeira.

Todos nós compreendemos o porque desta acusação; tem ela o intuito de desacreditar perante a opinião pública, um jovem que se vem afirmando como autêntico líder da campanha trabalhista neste País, que vem atuando no Ministério do Trabalho de modo a axaltar o Partido Trabalhista Brasileiro, que tem colocado sua Pasta a serviço do verdadeiro trabalhismo, que tem autoridade para falar, agir e atuar.

Esse jornal procura, então, desacreditá-lo e através de campanhas de infâmias e mentiras lançadas à Nação impunemente, quando sabe que a verdade é que o Deputado Almino Afonso não possui terra alguma no Estado do Amazonas ou em qualquer outra parte.

Talvez o uso de tais processos tenha levado o Presidente Getúlio Vargas a ser acusado de haver lido o discurs-

so do Senhor Embaixador Adolfo Berle Júnior, discurso esse que foi uma ofensa e um insulto ao nosso País.

O Sr. Mem de Sá — Mas, aprovado pelo Presidente Getúlio Vargas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Foi a liquidação da nossa soberania.

O Sr. Daniel Krieger — Não apoiado.

O Sr. Mem de Sá — Nossa soberania nunca foi liquidada. Vossa Excelência faz afirmação que não corresponde à realidade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Não foi liquidação talvez na prática...

O Sr. Daniel Krieger — Paz Vossa.

Excelência a maior acusação ao Senhor Getúlio Vargas, incapaz que era de permitir fosse a soberania nacional violada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Nobre Senador Daniel Krieger peça Vossa Excelência o aparte, que terei o maior prazer em concedê-lo. Estou aqui para o debate, que desejo tenha curso cordial, dando a maior atenção a todos os meus colegas.

O Sr. Daniel Krieger — Faço isto porque é do meu temperamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Motivado porque tenho a impressão de que nos enfeederemos muito bem.

O Sr. Daniel Krieger — Com muito prazer da minha parte.

O Sr. Mem de Sá — O nobre Senador Arthur Virgílio tem mo temperamento amazônico.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — E o de Vossa Excelência gaúcho.

O Sr. Mem de Sá — São os dois extremos. Somos, ambos, homens de fronteira.

O Sr. Eurico Rezende — A água e a atôia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Diz, Senhor Presidente, que o discurso do Embaixador americano liquidou a soberania nacional, na forma em que o pronunciamento de Sua Excelência representa como insulto, proferido, que foi dentro das nossas fronteiras, por um Embaixador estrangeiro...

O Sr. Mem de Sá — Tal qual como o Embaixador brasileiro Roberto Campos o faz nos Estados Unidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — ... envolvendo-se em questão que não lhe diz respeito — a soberania do nosso País.

E por que faz isso?

Porque nossa condição de povo que deve, de povo sujeito a empréstimos e a moratórias, de povo que não pode falar alto, inclusive porque não possui os meios de defesa que lhe permitam falar muito alto.

O Sr. Mem de Sá — Mas o Brasil tem falado alto demais.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Está procurando falar alto.

O Sr. Mem de Sá — O Brasil tem contrariado, frontalmente, os Estados Unidos em reuniões internacionais.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Começou, há pouco, com reação tremenda no âmbito interno.

O Sr. Mem de Sá — E natural que haja divergência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Quis-se, inclusive, colocar essa posição como subordinada a interesse da União Soviética.

O Sr. Victorino Freire — Permite Vossa Excelência um aparte.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Senhor Presidente, parece que meu tempo está a esgotar-se. Antes de conceder o aparte ao nobre Senador Victorino Freire, gostaria de ressaltar, paralelamente ao pronunciamento do Embaixador americano no Brasil, a violação frontal à Constituição da República que está havendo por parte de vários Governadores, que se estão entendendo diretamente, à revelia desta Casa, com o Governo americano, para receber empréstimo e ajuda.

É preciso que se lembre aqui, Senhor Presidente, este caso.

O Sr. Mem de Sá — E por culpa exclusiva do Governo Federal, que ainda não organizou um Plano como

o que a Conferência de Punta del Este prefixou, para que a Aliança para o Progresso possa auxiliar as nações. Outros países sul-americanos já ganharam largo tempo sobre o Brasil: organizaram Comissões de Planejamento, que passaram a se entender diretamente com as autoridades da Aliança para o Progresso. No Brasil, infelizmente isto não foi feito e continuou sem ser feito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — É um pormenor.

O Sr. Mem de Sá — Mas importantíssimo, porque se trata da omissão do Governo Federal, que devia ter organizado, logo a sua Comissão, como, aliás, o Governo Jânio Quadros estava fazendo, para que os capitais fossem canalizados, de acordo com o planejamento global dos interesses brasileiros. Então, está havendo o que considero realmente meu mal, não porque fura a nossa autonomia, mas porque dispersa os auxílios que muitas vezes são mal aplicados.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Não considero-o um perigo muito maior. Considero o fato perigosíssimo para este País, de dimensões continentais País de diversificação setorial, que preocupa a quantos se dedicam ao estudo dos seus problemas. País que tem uma região como São Paulo, na qual a renda *per capita* é duas vezes superior à do homem do Piauí.

O Sr. Mem de Sá — Renda superior porque lá estão muitos capitalistas estrangeiros?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — No entanto, essa renda *per capita* de São Paulo, comparada com a de qualquer país superdesenvolvido, nos envergonha. Sinto a diferença que há entre São Paulo e um país europeu, assim como a distância que medeia entre a renda *per capita* de São Paulo e do Piauí, por exemplo, e isso apenas para destacar, porque a renda *per capita* do Brasil é uma das mais baixas do mundo.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre orador que a hora destinada, ao expediente está terminada. Solicito a V. Exa. que conclua seu discurso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Vou concluir, Sr. Presidente. Solicito a V. Exa., anexas, que me permita ler dois textos da Constituição.

O art. 5º da Carta Magna estabelece: (Lê)

"Compete à União:

I — manter relações com os Estados estrangeiros e com eles celebrar tratados e convenções;

O Art. 63 da Constituição, diz:

"Art. 63. Também compete primitivamente ao Senado Federal:

I —
II — autorizar os empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios"

Essas normas constitucionais não vêm sendo obedecidas. Diariamente lê-se nos jornais notícia de Governadores de Estados indo aos Estados Unidos para se entenderem diretamente com o governo norte-americano a fim de pleitear empréstimos e ajuda.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar as campainhas) — Pondero a V. Exa. que a hora do expediente é realmente improrrogável.

Invoco os artigos do Regimento Interno, para que V. Exa. a eles se subordine.

O ARTHUR VIRGÍLIO — Estou apenas concluindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. poderá ficar inscrito para concluir

suas considerações depois da Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Não é necessário, S. Presidente. Quero, apenas, ressaltar essas violações da Constituição, para as quais peço a atenção do Senado e da opinião pública brasileira. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa Resolução que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Resolução nº 11, de 1963

Art. único — Nos termos do artigo 53 da Constituição Federal e do artigo 149, alínea a do Regimento fica constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito de cinco membros, para averiguar, no prazo de 120 dias, os assuntos abaixo relacionados, propondo, a seguir objetivamente, medidas legislativas ou legais cabíveis:

a) Aquisição, pelo Governo Federal dos direitos de concessão de serviços públicos;

b) Importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.

Justificação

A matéria versada no item "a" têm sido objeto dos mais diversos comentários da imprensa e de discursos no Congresso Nacional. Mais recentemente, publicação concentrada no âmbito internacional divulgou veementemente comentários a propósito do assunto, cujos fundamentos, partindo de onde partiram, convém apurar.

Quanto ao item "b", a questão já foi objeto de outra proposição de nossa autoria, solicitando informações a respeito. Mas vem a propósito autorizar a comissão solicitada também a incumbência de apurar o que de verdadeiro existe sobre o assunto.

Sala das Sessões, 29 de maio de 1963. — Nelson Maculan — Arthur Virgílio — Mourão Vieira — Agalberto Sena — Argemiro de Figueiredo — Aloysio de Carvalho — Welton Gurgel — Bezerra Neto — Pedro Lindorico — Aurélio Vianna — Cícero Pinheiro — Arnor de Mello — Pinto Ferreira — Heriberto Vieira — Vivaldo Lima — Daniel Krieger — Jefferson de Aguiar — João Agripino — Silvestre Péricles — Gilberto Maranhão — Guido Mondin — Joaquim Parente — Menezes Pimentel — Eurico Rezende — Zacharias de Assumpção — Eugênio de Barros — Jesualat Marinho — Wilson Gonçalves — Sigefredo Pacheco.

O SR. PRESIDENTE:

O documento lido contém subscritores em número para constituir, desde logo, Resolução do Senado, nos termos dos arts. 53 da Constituição e 149, letra a, do Regimento Interno.

Será publicado para que produza os devidos efeitos. (Pausa).

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Vivaldo Lima
Lobão da Silveira
Augusto
Sebastião Archer
Antônio Jéca
Dix-Huit Rosado
Dinarte Mariz
Walfredo Gurgel
Ruy Carneiro
Barros Carvalho
Arnor de Melo
Heriberto Vieira
Dylton Costa
Eduardo Catalão
Josaphat Marinho
Jefferson de Aguiar
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Torres
Gilberto Marinho
Milton Campos

Benedito Valadares

Padre Calazans
Limeu Gomes
Moura Anacleto
José Feliciano
Pedro Ludovico
Humoerio Aldear
Antônio Carlos
Atílio Fontana

ESCOLHA DO MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Discussão, em turno único do Parecer (secreto) da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 84-65 (1º de origem 128-63) pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Professor Feres Lima para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

ESCOLHA DO MINISTRO DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

Discussão, em turno único, do Parecer (secreto) da Comissão de Economia sobre a Mensagem nº 83-63 (1º de origem 121-63) pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. José Joffily Bezerra de Melo para membro do Conselho Nacional de Economia.

O SR. PRESIDENTE:

Tratando-se de matérias sobre as quais o Senado deverá de boa e pressa secreta opinião dos Srs. funcionários as providências necessárias

(A sessão passa a ser secreta às 11,05 horas, voltando a ser pública às 12 horas e 5 minutos).

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão. Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

O SR. MEM DE SA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SA:

(Sem revisão do orador) Sr. Presidente, apenas poucas palavras a respeito da crítica que o eminente Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, nobre Senador Arthur Virgílio dirigiu ao Sr. Embaixador Lincoln Gordon.

O Sr. San Thiago Dantas, Ministro da Fazenda do Governo do Sr. João Goulart, teve oportunidade de declarar, nesta Casa e na imprensa, que o Sr. Lincoln Gordon se havia comportado como um amigo e um colaborador de valor irremediável para o Brasil, na condução das negociações difíceis que o Sr. Ministro da Fazenda do Brasil teve de realizar na América do Norte.

E' sabido que S. Exa. o Embaixador Gordon antecedeu ao Sr. Ministro San Thiago Dantas na ida para os Estados Unidos, e que a sua atuação junto ao Governo americano, com relação aos meios financeiros norte americanos, foi talvez decisiva para o êxito da missão do Ministro do Sr. João Goulart. Creio mesmo que poucas vezes o Brasil tem tido um Embaixador estrangeiro um amigo tão dedicado e que tão relevantes serviços tem prestado ao nosso País.

O Sr. Arthur Virgílio — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MEM DE SA — Perfeitamente.

O Sr. Arthur Virgílio — A opinião do Sr. Ministro San Thiago Dantas, no caso de uma eventual interferência do Embaixador Lincoln Gordon na solução de problemas atinentes

às relações econômico-financeiras do Brasil com os Estados Unidos, não pode ser invocada neste debate, em que a tudo apenas a pr. Adm. Am. do Embaixador estrangeiro sobre questões de política interna de nosso País. Há uma diferença muito grande entre a atuação que pode ser exercido o Sr. Lincoln Gordon nos Estados Unidos, naquele momento e o fato de Sr. Exa. fazer p. Am. Am. de um ponto de vista das nossas fronteiras criticando, sobre a posição de brasileiros no exterior problemas de seu País. Este, o ponto fundamental do meu discurso, nada tem a ver, repito, com a opinião do Senhor San Thiago Dantas, que é e tem o direito de expressar.

O SR. MEM DE SA — Sr. Presidente, registrar, porque me parece um dado fundamental a respeito do Ministro San Thiago Dantas, quando que o Líder do Partido Trabalhista Brasileiro não se manifestou às manifestações públicas do seu eminente colega, não, e se houve um dos pontos de maior interesse do Governo que afetam a política.

O Sr. Arthur Virgílio — Lamento não estar aqui. Dou importância as manifestações do Senhor San Thiago Dantas pelo motivo que eles sempre encerram e, quando muito, pelo que possam conter de fatos de caráter político, absolutamente não de caráter de opinião do Senhor Ministro San Thiago Dantas...

O SR. MEM DE SA — Não despreza mas não despreza.

O Sr. Arthur Virgílio — O fato de S. Exa. haver auxiliado o Sr. San Thiago Dantas na sua missão nos Estados Unidos não justifica a sua atitude.

O SR. MEM DE SA — Não explicou o Senhor San Thiago Dantas, mas o Brasil, V. Exa. não poderia no depoimento do seu colega e amigo.

O Sr. Arthur Virgílio — Disse eu que se for confirmada a transação do ITI, não terá, na sua posição de Líder, que me faça silenciar contra esse esboço à Nação brasileira. Não sei se o assunto foi assim de merecer meu apoio. Aceito as declarações do Sr. Ministro San Thiago Dantas, porém afirmo que esse comportamento não justifica que o Sr. Embaixador Lincoln Gordon se envolva na política interna de nosso País.

O SR. MEM DE SA — Considero, entretanto, um dado fundamental.

O Sr. Daniel Krieger — Permite-me interromper V. Exa. para emprestar minha integral solidariedade ao pronunciamento que faz neste momento.

O SR. MEM DE SA — Agradecido a V. Exa.

O Embaixador Lincoln Gordon, no depoimento do Ministro da Fazenda, grande expoente do Partido Trabalhista Brasileiro, tem se mostrado um amigo desvelado do Brasil. Creio que esta é também a opinião do Presidente João Goulart, que tem mantido com S. Exa. as relações de maior cordialidade e mesmo da maior estima.

Quanto às manifestações que o Líder considera políticas e desairosas à nossa independência, não vejo procedência. O Embaixador Lincoln Gordon fez, no Brasil, o que a

baixador Roberto Campos faz nos Estados Unidos. E mais ainda: ele caracterizou bem as declarações, em São Paulo, como reprodução de uma tese do Ministro San Tiago Dantas, e disse que, no Brasil, havia dois tipos de nacionalismo: um, altamente fecundo e favorável ao progresso do Brasil e outro prejudicial ao Brasil. A este segundo ele considera irracional, isto é, no sentido de que é um nacionalismo movido por paixão, por emoção e não, pela razão. Realmente, este é o adjetivo próprio ao movimento que não é levado por motivos racionais objetivos fundamentados e sim por paixões políticas e ideológicas.

Ao fazer essa distinção, que é a do Ministro San Tiago Dantas, o Sr. Lincoln Gordon não fez interferência na política interna do Brasil. Ele se manifestou sobre correntes de opinião que existem no Brasil, e fora do Brasil. O nacionalismo, hoje — o positivo e o negativo — na expressão do Ministro San Tiago Dantas existe no Brasil e fora do Brasil, e não só nos países subdesenvolvidos, mas mesmo nos países desenvolvidos. Se V. Exa. ler o último livro do Professor Gunnar Myrdal verá como ele expressa essa mesma opinião a respeito dos países europeus. Portanto, quando se faz a crítica, nos termos em que o Embaixador Lincoln Gordon reproduziu, não há interferência na política interna, nos atos do governo. Há uma apreciação crítica sobre posições ideológicas, sobre correntes de opinião, e V. Exa. não se pode sentir atingido porque, com certeza pertence ao nacionalismo positivo.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Com todo prazer.

O Sr. Arthur Virgílio — O julgamento do Embaixador Lincoln Gordon a respeito da minha atuação política não me interessa. Não lhe dou a menor importância. Ele me poderia considerar o nacionalista que bem entender. Tenho a minha consciência, pela qual respondo. Sei o nacionalismo que sigo na minha Pátria. Quero, entretanto, salientar a V. Exa. como é melindrosa essa apreciação que deve ser destinada a que, em nossos julgamentos os nas nossas apreciações axiomas com o direito que a liberdade nos concede de julgar a conduta política uns dos outros. O Sr. San Tiago Dantas talvez tenha sido considerado um nacionalista irracional. Tanto é assim que após a sua atuação em Punta Del Este, defendendo uma posição histórica do nosso País, foi rejeitado pela Câmara dos Deputados para o posto de Primeiro-Ministro, sob a alegação de que está fazendo o jogo, inclusive da Rússia. Ouvi de eminente Líder da União Democrática Nacional, na Comissão de Justiça, que o Sr. San Tiago Dantas compareceria perante a Câmara para expor o seu programa, como um réu. Cheguei a ouvir isso, em face da sua conduta na política externa, considerada, assim, radical e extremamente lesiva à convivência do Brasil com os países das Américas. Vê V. Exa. como esse julgamento é melindroso, porque o próprio Ministro San Tiago Dantas, que elaborou este conceito, lá foi incluído como nacionalista irracional e o Sr. Embaixador Lincoln Gordon, julgando-nos sem conhecimento dos nossos problemas e dos nossos objetivos poderia incorrer em injustiça mais do que a praticada pela Câmara em relação ao Sr. Senhor Tiago Dantas.

O SR. MEM DE SA — Exatamente, V. Exa. confirma meu ponto de vista. Naquela ocasião V. Exa. o considerava um líder da sua corrente. Hoje, pela maneira como que se referiu ao Ministro San Tiago Dantas, demonstra

que também, a sua opinião se modificou muito.

O Sr. Arthur Virgílio — Não! não me modifiquei. Não me atinha esse conceito, peço essa licença a V. Exa. Eu apoiava a atuação do ministro San Tiago Dantas.

O SR. MEM DE SA — Provavelmente naquela ocasião V. Exa. votou nele para Primeiro-Ministro; hoje, não votaria.

O Sr. Arthur Virgílio — Votaria...

O SR. MEM DE SA — O Sr. Ministro San Tiago Dantas ficará felicíssimo em saber disso.

O Sr. Arthur Virgílio — Há pouco, defendi a orientação que o Ministro San Tiago Dantas vem dando à política financeira do País e dando-lhe um credito de confiança que todo brasileiro deve dar, defendi o seu Plano Trienal, como um esforço e mesmo um desafio, que devemos realizar e receber. Não me atinha V. Exa. os conceitos que está atribuindo.

O SR. MEM DE SA — V. Exa. atribui conceitos aos outros; é natural que eu faça o mesmo, que atribua conceitos a V. Exa.

O Sr. Arthur Virgílio — O Senhor Lincoln Gordon fez referências a nacionalistas irracionais; isso ele fez.

O SR. MEM DE SA — Ele disse que há um movimento nacionalista que não se leva pela razão por motivos racionais e sim por emoção. E eu estou quase pensando que V. Exa. ao fazer a crítica que fez ao Embaixador Lincoln Gordon, não se deixou levar por motivos racionais, porque se deixasse a sua brilhante razão, o seu superior espírito falar mais do que a sua emoção política, teria compreendido que o Embaixador não interferiu na nossa política ao manifestar-se sobre correntes de nacionalismo, dizendo que havia um nacionalismo fecundo, sadio, favorável, positivo e havia outro que era prejudicial inclusive ao País porque, não se deixando conduzir pela razão e sim pela paixão, mais prejudicava do que favorecia.

Eram estas as considerações que queria fazer, Sr. Presidente, restabelecendo aquilo que me parece deve prevalecer no conceito e na opinião da alta Câmara política deste País. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a presente sessão, designando para a próxima, às 14h 30m a seguinte

ORDEM DO DIA VOTAÇÃO

1

REQUERIMENTO Nº 125, DE 1963
Votação em turno único, do Requerimento nº 125, de 1963, em que o Senhor Senador Bezerra Neto solicita que o Senado Federal manifeste seu regozijo e ofereça seu aplauso, tanto no Brasil como perante as Nações a indicação de Sua Santidade o Papa João XXIII para receber o prêmio Nobel da Paz, tendo Parecer Favorável, sob número 168, de 1963, da Comissão de Relações Exteriores.

DISCUSSÃO

2

REQUERIMENTO Nº 215, DE 1963
Discussão em turno único, do Requerimento número 215 de 1963 pelo qual o Senhor Senador Daniel Krieger solicita, nos termos do artigo 255, letra b do Regimento Interno, tenham tramitação em conjunto o Projeto de Lei da Câmara número 333, de 1952, e Projeto de Lei do Senado número 28, de 1951, e o Projeto da Lei do Senado número 12, de 1963.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28 DE 1963

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 28, de

1963 (número 4.759-E, de 1954, na Casa de origem), que concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras e imposto de consumo para materiais importados pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. e Espírito Santo Centrais Elétricas S. A., tendo Parecer Favorável sob número 170 de 1963, da Comissão de Finanças.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 1963

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 1 de 1963 originário da Câmara dos Deputados (número 58-A, de 1961, na Casa de Origem) que mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo aditivo ao contrato celebrado em 14 de fevereiro de 1955 entre o Ministério da Educação e Cultura e Ovidio Ribeiro Marques, tendo Pareceres Favoráveis sob números 156 e 157 de 1963 das Comissões:

— de Constituição e Justiça e
— de Finanças.

5

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 1961

Discussão (1ª dia) em segundo turno, do Projeto de Emenda à Constituição número 3, de 1961, de autoria do Senhor Senador Gilberto Marinho e outros Senhores Senadores, que modifica o § 1º do artigo 191 da Constituição (aposentadoria aos 35 anos de serviço), tendo Parecer Favorável, sob número 354 de 1961, da Comissão Especial.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 29 minutos).

ATA DA 50ª SESSÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 30 DE MAIO DE 1963

PRESIDENCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE, CATETE PINHEIRO E GUIDO MÖNDIN

As 14h 30m, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.
Arthur Virgílio.
Eugênio Barros.
Joaquim Parente.
Sigefredo Páez.
Menezes Pimentel.
Wilson Gonçalves.
Walfredo Gurgel.
Argemiro de Figueiredo.
João Agripino.
Pessoa de Queiroz.
Pinto Ferreira.
Heribaldo Vieira.
Alovisio de Carvalho.
Josephat Marinho.
Eurico Rezende.
Raul Giuberti.
Aurélio Viana.
Norberto da Gama.
Moura Andrade.
José Feliciano.
Pedro Ludovico.
Bezerra Neto.
Nelson Maciel.
Antônio Carlos.
Guido Möndin.
Daniel Krieger.
Meri de Sá — 28.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 28 Srs. Senadores.

Está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

Não há expediente a ser lido. (Pausa). Sobre a mesa requerimento de urgência.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 261, de 1963

Nos termos do art. 326, nº 5, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1963, que apura o Convênio Internacional do Café.

Sala das Sessões, 30 de maio de 1963. — Barros de Carvalho, Líder da Maioria. — Benedito Valladares, Líder do PSD. — Daniel Krieger, Líder da U. D. N. — Jefferson de Aguiar.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com o disposto no Regimento Interno, o presente requerimento figurará na Ordem do dia da próxima sessão.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende. (Pausa)
Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Arnon de Melo. (Pausa)
Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Cattete Pinheiro. (Pausa)
Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Araújo Steinbruch. (Pausa)
Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Miguel Couto. (Pausa)
Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Antônio Jucá. (Pausa)
Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador José Guimard. (Pausa)
Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Eduardo Catalão. (Pausa)
Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar. (Pausa)
Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Antônio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, venho recebendo reiterados apelos das Prefeituras Municipais do Estado de Santa Catarina no sentido de conseguir do Governo um tratamento que as afaste da situação difícil que estão atravessando, em face das instruções da SUMOC, no que toca à disciplina do crédito bancário, concedido pelos estabelecimentos particulares.

As Prefeituras municipais brasileiras, em face do dispositivo constitucional que determina lhes seja entregue uma cota de dez por cento da arrecadação do imposto de renda e outra cota semelhante sobre a arrecadação do imposto de consumo, e ainda pelo fato de receberem dos Governos estaduais uma parcela de participação no excesso de arrecadação dos impostos cobrados nos seus territórios, vivem hoje uma situação singular. Em virtude do aumento do custo de vida, do custo das utilidades, a arrecadação propriamente municipal, em regra, é destinada à manutenção dos serviços de rotina: pagamento de pessoal, aquisição de material, quer permanentemente quer de consumo e algumas outras despesas que se incluem quase sempre, como despesas rotineiras.

O Sr. Arthur Virgílio — V. Exa. está pintando o quadro sócio-econômico do País e referindo-se a pronunciamientos que se registram, a esse referido, nas duas Cêsa são Congresso indicando quais as providências que devem ser adotadas. Sou dos que têm mencionado esse quadro, mas, à medida que o faço, aponto sugestões. Considero completamente superada, fora de tempo, e de espaço, a estrutura econômica, social e jurídica do País. Entendo que se venceria a crise, que se ultrapassariam tais dificuldades, colocando essa estrutura de acordo com realidade brasileira. Como fazê-lo? Há de se indagar. Mediante as reformas de estrutura da organização econômica, da composição social, visando dar uma distribuição quânlime à riqueza, visando fazer com que o trabalho seja reconhecido, onde quer que se realize, no seu valor social enfim, criando condições para o progresso do País. Algumas dessas medidas já se encontram em anda-

mento no Congresso; outras por vir. Surge, agora, a indagação, que faço, sobre se este Congresso tem capacidade para votá-las.

O SR. GUIDO MONDIN — Pelo menos, nobre colega, devia ter, e é no sentido de sacudir o que porventura possa existir de bom no fundo de toda essa situação, capaz de conduzir-nos para as soluções que desejamos, é que venho humildemente, despretensiosamente,...

O Sr. Arthur Virgílio — Brihante-mente.

O SR. GUIDO MONDIN — ... tristemente, falar, como disse no início, apenas para somar minha voz a tantas outras que se ouvem, confesso que sem nenhuma esperança de que ela seja ouvida.

Por que isto não se verifica, isto é, soluções concretas para aquilo de que nos fazemos mestres, em diagnósticos? A resposta está no cotidiano da vida brasileira.

Por acaso mudam de atitude os integrantes das chamadas elites sociopolíticas? Ninguém parece disposto a renunciar às suas comodidades. Ninguém parece compreender que se impõe nesta hora gravíssima uma mudança de atitudes. Prepara-se nas ruas a revolução. Entretanto, a burguesia continua comportando-se como convém historicamente nos prelúdios das grandes convulsões. Ela não abdicou de nada. Sua ostentação, seus prazeres, suas intermináveis festas de alto custo, de que a crônica social de todo o país nos dá notícia todos os dias, seus passeios pelo mundo, suas passarelas por onde desfilam suas próximas grandes contas, tudo isso nos dá a medida da insensibilidade de um escalão social cujo papel diabólico é assinalar as diferenças sociais e acirrar desesperos.

Há notícia de que homens de responsabilidade estejam se reunindo para salvaguardar o futuro deste país? Mas não é o Parlamento uma reunião permanente de homens com esse objetivo? Mas onde está a homogeneidade de uma atitude?

O Sr. Amaury Silva — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Com prazer.

O Sr. Amaury Silva — Quero, desde logo, dizer a V. Ex.^a, nobre Senador Guido Mondin, que V. Ex.^a vem à tribuna com grande autoridade e versa o assunto relativo aos grandes problemas nacionais, com objetividade, com seriedade e com sinceridade. Disse muito bem V. Ex.^a que diagnósticos para todos os males brasileiros já existem, e muitos; o que precisamos agora é dos remédios, remédios que venham prontamente, eficazes principalmente, como fruto de uma legislação ordinária e de reformas constitucionais que realmente consultem os mais superiores interesses do povo brasileiro. Essas diferenciações de nível social, esses contrastes tremendos do modo de viver neste País, ou para eles nós encontramos um paradeiro ou então serão eles os responsáveis por uma ordem de coisas que está mais ou menos iniciada. Se o Congresso Nacional, como diz muito bem V. Ex.^a, que está aqui diariamente reunido, não tomar as providências necessárias e indispensáveis, talvez amanhã não tenha ele, nem os seus componentes, autoridade para cortar o que vem pela frente. Congratulo-me e solidarizo-me com V. Ex.^a pelo seu brilhante discurso.

O SR. GUIDO MONDIN — Sou muito grato, nobre Senador Amaury Silva, pelo aparte de V. Ex.^a que me conforta, que nos faz conferir em pensamento, mas queria perguntar, também nesta ordem de idéias, pelo Executivo. Onde se vislumbra a constância de uma determinação férrea para conjurar os males nacionais? Onde a iniciativa para uma conjugação de

esforços entre os dois Poderes para enfrentar a imensa crise? A resposta é sempre Não. Nada!

Campela o personalismo enquanto sossobra a Nação. Festejam-se vaidades enquanto sossobra a Nação. Exaltam-se em promoções pessoais enquanto sossobra a Nação. Cada cabeça é uma sentença, cada qual cuida de si como se não houvesse algo maior para se atentar que é o povo, que é a Pátria. Demitem-se os homens a'ós dos deveres mais simples e assim nada se faz para restaurar a confiança popular numa solução verdadeira. Os Partidos decompõem-se nas comédias das alas, das "bossas-novas", lutam entre conservadores empodernados e vanguardas, como se não fossem a mesma grieta a orientar-se por um conjunto de princípios constituído em denominador comum na hora das decisões.

Tudo isso trás a Nação a um impacto tremendo, gera o desencanto, os espíritos se sobrecarregam de desânimo e se estabelece o clima psicológico para a aceitação das soluções extremas.

Todos ouvimos falar, todos os dias, todas as horas, da exploração do capitalismo internacional atuante em nosso país como um dos grandes males a extirpar. Mas não se tem um quadro de como atua, quanto atua e onde atua. Quem são nossos patriotas, se porventura existem, mancomunados com essa situação? Onde estão enquistados para proteger essa sangria? Que está impedindo as medidas que se impõem? Onde se situam essas decantadas forças ocultas que atuam no "processo espoliativo", impalpáveis e irreconhecíveis? Por que não há uma palavra oficial a respeito, honesta, definitiva, sem subterfúgios, para que o povo saiba e compreenda a atitude do Governo. Opor-se à exploração não é privilégio deste ou daquele Partido, mas o direito de uma Nação.

Depois de décadas de soluções unilaterais, compreendemos finalmente que não há problemas isolados. Todos agora são unânimes em afirmar que eles se interpenetram e que soluções reclamadas devem ser dadas em conjunto. Não há problema isolado de falta de produção, nem de saúde, nem de habitação, nem de transportes, nem de trabalho, de nada. Somente cuidado do quadro geral da nossa economia é que chegaremos a cada detalhe da imensa problemática. E porque agora assim compreendemos, acenamos com as reformas mais urgentes.

Entretanto, qual é o panorama? Os que têm de deliberar fixam-se num ponto, entregam-se a intermináveis e inconsequentes discussões, ensinando a demagogia, enquanto se relega o exame sério dos assuntos da maior gravidade. A idéia que resta do que se ouve é do que se lê e é de que a Reforma Agrária, por exemplo, se há de operar como num passe de mágica. Não se diz à Nação qual é a disponibilidade do Governo para atender a todos os aspectos do problema. Reforma Agrária há de ser uma expressão vazia enquanto o povo não conhecer, pelo menos em síntese, de como ela se processará, de como ela se desenvolverá, de quanto tempo precisará para produzir os primeiros resultados. Quem sabe responder como começará a reforma?

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Pois não; com prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Os males a que V. Ex.^a se refere, não provêm da espoliação do capital estrangeiro, tampouco de outros fatores repetidos por muitos oradores, tanto no Senado como na Câmara dos Deputados. Nossos males são provenientes — como V. Ex.^a e todos sabem — da má direção dos Governos, dos nossos costumes corrompidos, dessa situação negra para a qual não se encontra

remédio, e, finalmente, pela falta de chefe, pela falta de liderança, de pulso. Num País como o nosso tão fácil de ser conduzido bastaria apenas um homem em condições de lhe dar um rumo. Com as possibilidades imensas que o Brasil possui é incrível que ainda estejamos nessa situação. E' o caso de se acreditar na frase, tão conhecida, do atual Governador de São Paulo, de que o Brasil precisa de um gerente.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Com muito prazer.

O Sr. Arthur Virgílio — Talvez o gerente não fosse o Governador de São Paulo, pois seria um péssimo gerente.

O SR. GUIDO MONDIN — A resposta do nobre Senador Arthur Virgílio fica com o nobre Senador Pedro Ludovico, que foi quem deu a idéia de se dar um gerente ao Brasil. Eu até que não sou muito de gerentes.

O que é verdade é que os dias passam, os meses passam e tudo prossegue na mesma perigosa indefinição. Só não nos parece indefinida a preparação revolucionária.

Isto está claro.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O Sr. Guido Mondin — Com muita satisfação.

O Sr. Arthur Virgílio — Todos esses argumentos que V. Ex.^a alinha, inclusive essa ostentação, esse sibilismo da burguesia que V. Ex.^a citou, e que lemos nas crônicas sociais, como na de Ibraim Sued, em que se narra como esbanja dinheiro essa burguesia como afronta a ela a miséria de milhões de brasileiros, noticiando, pelos jornais, fabulosos custos de jóias que ostenta, quantias imensas que gastam em festas, enquanto a miséria lavra na periferia da cidade. Isso sim, é preparação da revolução resultante da insensibilidade desses homens egoístas, insensíveis, que não abrem mão em um milímetro sequer, dos privilégios que usufruem, em detrimento da miséria, da pobreza do povo. Não é como disse V. Ex.^a, expondo esse fato à vista da Nação, não é na pregação de um conformismo mas de um inconformismo que acho deva ser feito para que o povo não aceite esse estado de coisa e sim aspire a melhores dias. A revolução que V. Ex.^a citou com tanta propriedade está é nisso, nessa ostentação, nesse gozo, nesse luxo de homens privilegiados que formam uma minoria, a dominar o País em todos os setores de suas atividades.

O SR. GUIDO MONDIN — O pensamento não confere com o do nobre Senador Pedro Ludovico e até com o meu; creio mesmo que confere com o pensamento de todos, nesta Casa.

O Sr. Arthur Virgílio — Meu pensamento não confere com o do nobre Senador Pedro Ludovico.

O SR. GUIDO MONDIN — Nesse particular confere.

O Sr. Arthur Virgílio — Nesse particular sim.

O SR. GUIDO MONDIN — Mas o curioso é que — como disse — o comportamento dessa burguesia não a considero como classe mas como estado de espírito, pois encontramos burgueses entre os pobres, só lhes faltando uma oportunidade. O comportamento dessa burguesia na vida brasileira é histórico, porque normalmente precede aos grandes eventos revolucionários.

V. Ex.^a poderá perceber, em qualquer dos capítulos da Revolução Francesa, justamente nos dias que a precederam, em 1793, que quanto maior era a fome e o desespero do povo, mais a aristocracia se perdia em intermináveis festas, insultando a miséria da época com ostentação. O quadro é rigorosamente igual. A história se repete.

Se faz necessária, urgente, imediata a convocação dos homens que ainda não se deixaram perturbar, capazes de por o cérebro e o coração a serviço da Pátria. E' preciso despertar os patriotas legítimos, lembrando que quando as elites se omitem, eclode o comando das mediocridades. Não podemos compreender e aceitar que este país, que já alcançou um estágio de progresso e de civilização notável retorne à barbárie. Não podemos compreender, nem aceitar, que esse progresso e essa civilização se circunscrevam a certas áreas, deixando ao abandono homens e regiões dentro do mesmo território. Esta é a hora do nivelamento para o alto.

Esta não é hora para dissensões nos Partidos nem entre os Partidos. Há um processo que leva aos resultados mais positivos, mas que teimamos em não experimentar: o do trabalho. Reunam-se os homens em trabalho. Reunam-se os homens sem distinção de Poderes. A responsabilidade a todos confunde. Sou dos que entendem que nesta hora grave da Nação a simples ausência dos trabalhos legislativos é negação de sensibilidade face ao comportamento que nos incumbe para restaurarmos a confiança popular em nossa capacidade de homens públicos.

Brasília foi construída para fortalecer a unidade nacional, mas até aqui tem servido de pretexto para toda sorte de ausências. E uma delas muito grave é a do Executivo. Esta é a Capital da República. Os Ministros têm de estar definitivamente aqui. Já não se compreende essa bifecalia do Executivo. Como pode funcionar a administração federal com uma parte aqui e todo o resto no Rio de Janeiro? Nós os parlamentares que temos de tratar diariamente de assuntos dos nossos Estados, junto aos Ministros nesta ação extra-parlamentar, que é uma realidade, queiramos ou não, da vida parlamentar brasileira é que sentimos quão calamitosa é essa ausência.

Concentremos aqui em Brasília os nossos esforços, Executivo e Legislativo. As direções partidárias, as lideranças partidárias, têm de unir-se em comando, esmagando divergências para que prevaleça um pensamento comum de salvação nacional. Não precisamos de Chefes, de Antônio Conselheiros, de Tutus Marambalas, de iluminados messiânicos. Precisamos é de uma equipe de patriotas autênticos conscientes da grande hora, para que promovam conosco a grande tarefa.

Permitir que o processo revolucionário prossiga é crime de traição nacional. Encastelados em torneios de erudição nada lograremos, mas com união e trabalho tudo alcançaremos.

Será, nobre Senador Pedro Ludovico, tudo isso um sonho, ou primarismo meu, face à gravidade do momento?

O Sr. Pedro Ludovico — E' um sonho irrealizável. Desde 1958 que faço discursos no Senado, mostrando a gravidade da situação nacional. Outros Senadores, brilhantes, têm falado sobre essa situação e a sua gravidade. Tudo continua no mesmo. Sou, portanto, um homem desiludido, decepcionado. Acho que só com um pouco de força, com um Presidente da República que tenha uma linha de governo e não se afaste dela e faça cumprir certos princípios, é que poderemos sair do caos em que nos achamos.

O SR. GUIDO MONDIN — O curioso, nobre Senador, é que nós não somos capazes, nem sequer num instinto de conservação, de imitar os próprios animais. No Polo Norte, no instante do degelo, quando grande massa de gelo se desprende e sai mar a fora, às vezes, num mesmo bloco um pinguim, uma foca, ou até mesmo um esquimó, são levados pelo mar. E então ficam quietinhos, uni-

dos, sobre esse pedaço de gelo, que é a sua salvação.

Nós estamos sobre um pedaço de gelo que se faz cada vez menor. Mesmo assim não há jeito; não nos unimos e sem unidade não há salvação. Meu Partido é pequeno, mas os grandes Partidos podem tomar essa iniciativa, devem tomá-la, já e já. Se sou lírico em meu pensamento, que se dirá do lirismo dos que pensam, que chegaremos a alguma conclusão em meio à disparidade de pronunciamentos, à divergência de opiniões, a essa falta de comando de homens conscientes do perigo que estamos vivendo?

O que não podemos é permitir que se destrua nas mãos de primários o maior galardão da vida brasileira, que é a unidade da Pátria. Ou queremos, diante dos sintomas, que uma revolução, esta revolução abertamente anunciada, aniquile tudo quanto construímos até aqui, que nos transfira, na luta, num Brasil-Sul e num Brasil-Norte?

Uma Pátria só se constrói com sacrifício e com dor. Não podemos, pela nossa incúria e nossa desunião, comprovar que a Democracia não oferece condições para a solução dos problemas sociais. Há de ser com ela e por ela, há de ser pelo nosso trabalho, há de ser pela conjugação de esforços, que restauraremos a tranquilidade nacional, desmotivando a sanha revolucionária. Que surjam, pois, no Legislativo e no Executivo os homens para a formação do grande comando, sem extremos, sem radicalismo, mas com o propósito de levar a cabo as reformas que a Nação reclama na salvaguarda do seu futuro. (Muito bem; muito bem. Palmas! O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar, de acordo com o Art. 193, § 2º, do Regimento Interno. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador José Guimard.

O SENHOR SENADOR JOSÉ GUIMARD PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REDACÇÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa projeto de emenda constitucional, que vai ser lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lido o seguinte:

Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1963

Dá nova redação ao item II e ao § 4º do artigo 19 da Emenda Constitucional nº 5, de 21 de novembro, de 1961.

O item II e o § 4º do artigo 19, da Emenda Constitucional número 5, de 21 de novembro de 1961, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19. Compete aos Estados decretar impostos sobre:

II — vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores, inclusive industriais;

§ 1º Será uniforme, sem distinção de procedência ou destino, o imposto sobre vendas e consignações; e, quando se tratar de produtos agrícolas, de pecuária ou de pesca, para o consumo in natura, será devido uma única vez e na fonte de produção.

Justificação

A preocupação de todos os Governos com o problema da contenção dos preços dos gêneros de primeira necessidade tem esbarrado numa dificuldade intransponível: a das suces-

sivas incidências do imposto de vendas e consignações sobre os produtos agrícolas de subsistência.

A questão, "data venia", foi mal colocada na Constituição, ao se consignar a isenção do tributo na primeira operação do pequeno produtor, pois, com isso, os gêneros alimentícios levavam, como levavam, sujeitos a numerosas incidências subsequentes, resultando daí que, ao ser vendidos nos centros consumidores seu preço já estava em muito alta do alcance das bolsas médias lavradas, surgiam, então, os movimentos em favor do tabelamento desses gêneros nos centros consumidores e, como consequência imediata, o preço a ser pago ao produtor passava a ser elevado, de cima para baixo, a partir do preço limite estabelecido para o consumidor, ao invés de ser formado da fonte de produção para o centro de consumo, a partir de um preço justo para o produtor. Desse modo, o benefício que se pretendia conceder ao produtor, com a isenção da primeira operação, resultava num verdadeiro "presente de gregos", pois passava a ser suportar, na verdade, todo o peso da tributação e das despesas a fim de que os preços-leo estabelecidos para os centros de consumo pudessem ser mantidos. O fenômeno da transferência, que fazia descairregar no último elo da produção — o consumidor o onus das despesas que acrescem o custo inicial, passava, por efeito do tabelamento, a refluir, caminhando em sentido inverso para cair sobre o produtor, em forma de redução do preço que recebia, a diferença entre o preço final real no centro de consumo e o preço estabelecido pelo tabelamento. Daí as crises resultantes do desestímulo que o fato causava ao produtor, então não mais interessado em cultivar o solo para ter que vender por preço as vezes inferior ao custo de produção.

Dados colhidos junto ao comércio atacadista e de varejo, indicam que, no preço final de consumo dos principais produtos alimentícios oriundos da agricultura, pelo menos cerca de 30% dele correspondem às incidências sucessivas do imposto de vendas e consignações. Reduzida a sua tributação a uma só taxa, ter-se-ia possibilidade de diminuir o preço último desses gêneros nos centros consumidores cerca de 20 a 25 por cento. É o que pretende o presente projeto de emenda constitucional.

No item II do artigo 19 da Carta Magna (Emenda Constitucional número 5), foi suprimida a parte final, pois o que se pretende exatamente é taxar a primeira operação, conforme a alteração de que é objeto a modificação introduzida no § 4º do mesmo artigo, com o acréscimo da expressão "sendo devido uma única vez, na primeira operação na fonte de produção quando se tratar de produtos agrícolas comerciais in natura".

A alteração proposta — reconhecemo-lo — não é solução final para o problema que está, mais, no controle do ganho da intermediação do que, propriamente, no dos demais setores. Mas a fórmula tem no seu próprio representante motivação bastante e suficiente para que o comércio possa "motu proprio", baixar o preço dos gêneros de subsistência, ou venha o Governo a impor a redução, fundamentalmente.

A Casa cumprirá decidir a sua conveniência ou não.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1963. — Nelson Maculan — Amaury Silva — Bezerra Neto — Argemiro de Figueiredo — Antônio Carlos — Joaquim Parente — Pessoa de Queiroz — Moura Andrade — Barros Carvalho — Lineu Gomes — Walter do Gurgel — Dylton Costa — Lobão da Silveira — Mourão Vieira — Dix-Huit Rosado — José Guimard — Adalberto Sena.

O SR. PRESIDENTE:

O projeto lido está subscrito por mais de um quarto de assinaturas dos membros do Senado. Satisfaz portanto, os requisitos estabelecidos na Constituição, art. 217, parágrafos 1º, 5º e 6º, para ser recebido e submetido à consideração do Congresso Nacional, com a tramitação prevista nos artigos 358 e 359 do Regimento Interno. Será publicado e encaminhado à comissão especial que for designada para emitir parecer.

Antes de passarmos à Ordem do Dia, a Comissão Diretora, por intermédio desta Presidência, sente-se no dever de trazer ao nobre Senador Eurico Rezende, que lamentamos não estar presente neste momento, esclarecimentos que se impõem não só com relação ao nobre Senador Eurico Rezende como ao Plenário desta Casa, em face das condições em que se encontra novamente o Bloco 50 da Asa Norte, onde residem 23 famílias de funcionários do Senado.

O nobre Senador Eurico Rezende, que se vem preocupando com esse problema, solicitou da Mesa do Senado providências que, segundo S. Exa., se impõem para imediata solução do problema.

Cumpra, no entanto, a Comissão Diretora informar que está absolutamente atenta ao problema e que a notícia daquele acontecimento chegou a ser conhecido, não só a Diretoria Geral da Administração da Casa, como a Comissão Diretora, entendeu-se como o Grupo de Trabalho de Brasília, através dos Senhores Senadores Quirino Mondim e Cattete Pinheiro, e no sentido de ser apressada a entrega de vinte residências no grupo das chamadas casas populares do setor residencial sul, para que se promovesse a mudança desses funcionários. Acontece, no entanto, que Brasília, como todos os Senhores Senadores sabem, sob o aspecto residencial é uma cidade problema e não dispõe o Poder Executivo de nenhuma casa ou apartamento que no momento pudesse entregar ao Senado Federal para abrigar os seus Servidores cuja situação vem preocupando a Comissão Diretora, desde o primeiro instante.

Há vinte casas já prontas naquele setor residencial, faltando apenas ligação d'água, esgoto e eletricidade. O Sr. Senador Moura Andrade procurou ontem o Sr. Presidente da República para formular a Sua Excelência um apelo, a fim de que o Grupo de Trabalho de Brasília dê prioridade ao Senado Federal para a ocupação dessas casas, e para que sejam apressadas as obras complementares, a fim de que ali sejam alojados os funcionários do Senado que estão, presentemente, ocupando o Bloco 50 da Asa Norte.

É preciso ainda esclarecer que a Comissão Diretora tem procurado, de todas as maneiras resolver o problema, e não só o Sr. Presidente Moura Andrade conseguiu do Presidente da República a entrega, com prioridade, de vinte casas ao Senado, com também na data de ontem, obteve fosse autorizado a despesa de duzentos milhões de cruzeiros para a construção urgente e urgentíssima como se diz presentemente, de mais cem casas populares.

Cumpra-me ainda informar que a Comissão Diretora solicitou à Caixa Econômica de Brasília planos para a construção de residências de outro tipo, que serão submetidas à escolha dos Senhores Funcionários do Senado, a fim de que se encontre, no mais curto prazo, soluções definitivas para todos esses problemas que têm gerado tantos comentários.

A Comissão Diretora assegura aos Senhores Senadores que a situação dos funcionários, no que se refere a moradia, vem sendo encarado com

desvelo, em busca de uma solução racional e a mais urgente possível. Cumpra ainda a Comissão Diretora informar ao Plenário que, em decorrência da Resolução nº 9, de 25 de abril passado, deve ser enviado à Prefeitura do Distrito Federal, ao Instituto dos Comerciantes ao Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e à Procuradoria Geral da República, por cópia autenticada, o processo decorrente das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito que examinou no ano passado a situação semelhante à verificada quanto ao Bloco 50. Aliás, essa Comissão Parlamentar de Inquérito foi enviada para atender a um requerimento dos funcionários à 1ª Secretaria da Casa, e as conclusões do seu trabalho são conhecidas deste Plenário.

Retardou a remessa do processo aqueles órgãos, exclusivamente a necessidade de serem dadas ordens de secentas fotocópias. O processo é volumoso, com mais de cento e sessenta páginas, e não poderia ser datilografado. A Secretaria Geral teve que solicitar do Rio de Janeiro a remessa do material necessário, a leitura dessas secentas fotocópias. O material já chegou e na próxima semana, o trabalho estará concluído e o processo será remetido, em cumprimento à deliberação do Plenário da Casa.

Era o que cumpria a Presidência informar, no momento, certo de que os propósitos do nobre Senador Eurico Rezende, de cooperação com a Comissão Diretora, nela encontrando sempre a acolhida necessária, principalmente, pela compreensão que S. Exa. revela e pela sua preocupação em resolver os problemas dos funcionários do Senado Federal, em geral. (Pausa).

Está esgotada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Comparecem mais os Senhores Senadores:

José Guimard.

Vivaldo Lima.

Mourão Vieira.

Zacharias de Assumpção

Cattete Pinheiro.

Lobão da Silveira.

Sebastião Archer.

Victorino Freire.

Antônio Jucá.

Dix-Huit Rosado.

Dinarte Mariz.

Ruy Carneiro.

Barros Carvalho.

Silvestre Péricles.

Rui Palmeira.

Arnon de Melo.

Dylton Costa.

Leite Neto.

Eduardo Catalão.

Jefferson de Aguiar.

Aarão Steinbruch.

Vasconcelos Torres

Gilberto Marinho.

Milton Campos.

Benedito Valladares.

Padre Calazans.

Lineu Gomes.

Humberto Neder.

Amaury Silva.

Atílio Fontana.

Votação, em turno único, do Requerimento número 125, de 1963, pelo qual o Senhor Senador Bazzera Neto solicita que o Senado Federal manifeste seu respeito e ofereça seu aplauso, tanto no Brasil como perante as Nações, a indicação de Sua Santidade, o Papa J. XXIII, para receber o Prêmio Nobel da Paz, tendo parecer favorável, sob número 163, de 1963, da Comissão de Relações Exteriores.

Em votação o Requerimento.
Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)
Está aprovado.

Discussão, em turno único, do Requerimento número 215, de 1963, pelo qual o Senhor Senador Daniel Krieger solicita, nos termos do artigo 255, letra "b", do Regimento Interno, tenham tramitação em conjunto o Projeto de Lei da Câmara número 333, de 1952, o Projeto de Lei do Senado número 28, de 1951, e o Projeto de Lei do Senado número 12, de 1963.

Em discussão o Requerimento. (Pausa)

Nenhum dos Senhores Senadores desejando usar da palavra, encerro a discussão.

Em votação o Requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

A Presidência tomará as providências necessárias a fim de que os projetos em apreço tenham tramitação em conjunto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 28, de 1963, (número 4.759-A, de 1954, na Casa de origem), que concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras e imposto de consumo para materiais importados pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. e Espírito Santo Centrais Elétricas S.A., tendo parecer favorável, sob número 176, de 1963, da Comissão de Finanças.

Em discussão o Projeto. (Pausa).

Nenhum dos Srs. Senadores desejando usar da palavra, encerro a discussão.

A votação será feita em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico.

O SR. DANIEL KRIEGER:

Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Daniel Krieger.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, há duas Comissões reunidas: a Comissão de Relações Exteriores e a de Constituição e Justiça Pediria a V. Ex.ª mandasse avisar aos Srs. Senadores integrantes dessas Comissões que há matéria para votar, no momento.

O SR. PRESIDENTE — Já foram tomadas providências nesse sentido. (Pausa).

Estão presentes os Srs. Senadores que se encontravam nas Comissões.

Passa-se à votação do projeto, pelo processo eletrônico. Os Srs. Senadores podem votar. (Pausa).

Val-se proceder à apuração. (Pausa).
Votaram a favor 33 Srs. Senadores e contra, 10.

O Projeto está aprovado
Vai à sanção.

E' o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 1953

(Nº 4.759-E, de 1954, na Câmara dos Deputados)

Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras e imposto de consumo para os materiais importados pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. e Espírito Santo Centrais Elétricas S. A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, e demais taxas aduaneiras, para os equipamentos industriais, máquinas, peças e acessórios, importados pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e destinados à instalação de centrais elétricas no mesmo Estado, e Espírito Santo Centrais Elétricas S. A. — Escassa — Espírito Santo — para importação de material necessário à construção das usinas de seu sistema.

Art. 2º A isenção referida no artigo 1º, é estendida aos materiais já importados e cujo despacho alfandegário tenha sido concedido mediante a assinatura do termo de responsabilidade.

Parágrafo único. Aos materiais de que trata este artigo, a isenção inclui as taxas alfandegárias e abrange as importações realizadas pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais sociedade Anônima, e pelas subsidiárias em que a mesma controla a maioria das ações com direito a voto, desde que destinadas à construção produção transmissão e distribuição de energia elétrica de que sejam concessionárias por qualquer título.

Art. 3º As isenções nos artigos 1º e 2º e seu parágrafo único, somente se tornarão efetivas após a publicação, no Diário Oficial da União, de Portaria expedida pelo Sr. Ministro da Fazenda, discriminando a qualidade quantidade valor e procedência dos bens isentos.

Art. 4º As isenções de que tratam os artigos anteriores incluem a Taxa de Previdência Social para os despachos sujeitos a legislação anterior à Lei nº 3.244, de 1957, e abrange a Taxa de Despacho Aduaneiro para os despachos sujeitos a legislação em vigor.

Art. 5º A isenção de que trata a presente lei não se estende aos materiais com similar nacional, existentes à época dos respectivos despachos de importação.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 1, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 58-A-61, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas de negatário de registro, ao termo aditivo ao contrato celebrado em 14 de fevereiro de 1955, entre o Ministério da Educação e Cultura e Oswaldo Ribeiro Marques, tendo parecer favorável (sob números 156 e 157 de 1963 das Comissões:

— De Constituição e Justiça e — de Finanças.

Em discussão. (Pausa).

Se nenhum Senador quiser usar da palavra, dou-a por encerrada.

Em votação (Pausa).

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.
Vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 1963

(Nº 52-A, de 1961, na Câmara)

Mantem o ato do Tribunal de Contas de negatário de registro ao termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e Oswaldo Ribeiro Marques.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas de negatário de registro ao termo aditivo ao contrato celebrado, em 14 de fevereiro de 1955, entre o Ministério da Educação e Cultura, pela sua Divisão de Pessoal, e Oswaldo Ribeiro Marques, para o desempenho pelo segundo contratante, da função de Encarregado da Seção de Assistência Social do referido Ministério.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão (1º dia), em segundo turno, do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961, de autoria do Sr. Senador Gilberto Marinho e outros Srs. Senadores, que modifica o § 1º do art. 191 da Constituição (aposentadoria aos 30 anos de serviço), tendo parecer favorável, sob nº 354, de 1961, da Comissão Especial.

Em discussão o projeto. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria figurará na Ordem do Dia da sessão de amanhã, para prosseguimento da discussão.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERA PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos. (Pausa)

Antes de encerrar a sessão, lembro aos Srs. Senadores que hoje, as 21 horas e 30 minutos, as duas Casas do Congresso Nacional deverão se reunir para apreciação do veto presidencial ao projeto que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 31 de Maio de 1963

(Sexta-feira)

VOTAÇÃO

1

Votação, em turno único, do Requerimento número 261, de 1963, pelo qual os Senhores Senadores Barres Carvalho (Líder da Maioria), Benedicto Valladares (Líder do PSD), Daniel Krieger (Líder da UDN) e Jefferson de Aguiar solicitam urgência, nos termos do artigo 326, número 5.º, para o Projeto de Decreto Legislativo número 7 de 1963, que aprova o Convênio Internacional do Café.

DISCUSSÃO

2

Discussão (2º dia), em segundo turno, do Projeto de Emenda à Constituição número 3, de 1961, de autoria do Senhor Senador Gilberto Marinho e outros Senhores Senadores, que modifica o § 1º do artigo 191 da Cons-

tituição (aposentadoria aos 30 anos de serviço), tendo parecer favorável, sob número 354, de 1961, da Comissão Especial.

3

Discussão, em turno único, do Requerimento número 191, de 1963, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando que o Senado Federal manifeste o seu aplauso pelo êxito do feito do astronauta norte-americano, Major Gordon Cooper, dando-se ciência dessa manifestação ao Governo dos Estados Unidos da América, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, tendo parecer favorável sob número 195, de 1963, da Comissão de Relações Exteriores.

4

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 194, de 1963) do Projeto de Lei da Câmara número 75, de 1962, que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, destinado a atender às despesas com a realização do VII Congresso Brasileiro de Cirurgia.

5

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 193, de 1963) do Projeto de Lei da Câmara número 79, de 1962 (número 917-B de 1959, na Casa de origem) que concede pensão vitalícia ao servidor Francisco Teixeira Dantas, em virtude de haver sido acidentado em serviço na Base Naval de Natal.

6

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 181, de 1963) do Projeto de Lei da Câmara número 168, de 1962, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, destinado ao equipamento dos gabinetes e laboratórios de história natural, física e química do Ginásio Euclides da Cunha, no Território Federal de Roraima.

7

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 8, de 1963, de autoria do Senhor Senador Miguel Couto Filho, que inclui no Plano Rodoviário Nacional, Programa de Primeira Urgência, a construção de ponte rodoviária entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, através da Baía da Guanabara, tendo Pareceres, sob números 187, 188 e 189, de 1963, das Comissões:

— **Constituição e Justiça** favorável, nos termos do substitutivo que oferece

— **de Transportes, Comunicações e Obras Públicas**, pela aprovação do substitutivo; e

— **de Finanças**, pela aprovação do substitutivo.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 15 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Atos do 1º Secretário

PORTARIA Nº 43, DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso das suas atribuições e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, designa para o Gabinete do Presidente da Comissão de Agricultura, nas funções de Secretário, José Aristides de Moraes, Auxiliar Legislativo, PL-9.

Secretaria do Senado Federal, em 28 de maio de 1963. Rui Palmeira, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 44, DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra "j", do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, designa para completar o Gabinete do 1º Suplente os seguintes funcionários:

Para Secretário:

Sylvio Pinto de Carvalho, Oficial Legislativo, PL-7.

Para Auxiliar:

Erclia Cruz da Fonseca, Oficial Legislativo, PL-6.

Secretaria do Senado Federal, em 30 de maio de 1963. Rui Palmeira, 1º Secretário.

Ato do Diretor Geral

PORTARIA Nº 40, DE 29 DE MAIO DE 1963

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, designa para o Gabinete do Líder da Minoria o Motorista-Auxiliar, PL-10, João Alves da Silva.

Secretaria do Senado Federal, em 30 de maio de 1963. Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 41, DE 29 DE MAIO DE 1963

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar José Carlos Porto de Mendonça Clark, Auxiliar Legislativo, Símbolo PL-10, para exercer a Diretoria da Contabilidade.

Secretaria do Senado Federal, em 29 de maio de 1963. Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 43, DE 30 DE MAIO DE 1963

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, designa para o Gabinete do Líder da Minoria o Motorista-Auxiliar, PL-10, Floriano Lacerda.

Secretaria do Senado Federal, em 30 de maio de 1963. Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 42, DE 30 DE MAIO DE 1963

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, resolve designar para o Gabinete do Presidente da Comissão de Relações Exteriores o Motorista-Auxiliar, PL-10, Darcy Vianna.

Secretaria do Senado Federal, em 30 de maio de 1963. Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Concurso Público para Taquígrafo de Debates

Início de carreira

De ordem da Comissão Diretora do Senado Federal, faço público que se acham abertas nesta Secretaria, até o dia 21 (vinte e um) de junho próximo, as inscrições para o concurso de provas e títulos destinado ao preenchimento de 4 (quatro) vagas nos cargos iniciais da carreira de Taquígrafo de Debates, mediante PL-4.

Requisitos

1º ser brasileiro;

2º ser 18 anos completos à data do encerramento das inscrições e 35 incompletos à data da abertura das inscrições, exceto se já for funcionário público;

3º apresentar requerimento de inscrição no Palácio do Congresso, em Brasília, ou no Palácio Monroe no Rio de Janeiro, dirigido ao Diretor-Geral, em qualquer dia útil das 14 às 16 horas, exceto aos sábados, as-

sinado pelo próprio ou por procurador;

4º juntar ao requerimento de inscrição, que obedecerá a fórmula própria, os seguintes documentos:

a) certificado de conclusão de curso do ciclo escolar, ou equivalente;

b) certidão de idade (registro civil ou certidão de casamento), permitida a fotocópia autenticada ou pública forma;

c) atestado de bom comportamento, firmado por duas pessoas idôneas (firmas reconhecidas);

d) atestado médico negativo de moléstia infecto-contagiosa e de defeito físico que impossibilite o candidato para o exercício da função; e afirmativo de perfeito estado do aparelho auditivo (firma reconhecida);

e) atestado de vacinação ou revacinação antivaricélica fornecido por autoridade sanitária federal;

f) declaração de órgão competente da repartição em que trabalha, para os ocupantes de cargo ou função pública com mais de 35 anos de idade;

g) três exemplares iguais de fotografia recente do candidato, tirada de frente e sem chapéu (formato 3x4 centímetros), trazendo no verso, a tinta, o nome do interessado.

5º exibir no ato da inscrição:

a) carteira de identidade ou profissional;

b) título de eleitor;

c) prova de quitação com as obrigações militares, no caso de candidato do sexo masculino.

CAPÍTULO I

Da Inscrição

1. No momento da entrega do requerimento, o candidato assinará o livro próprio, devendo preencher as fichas de inscrição.

2. O candidato cuja inscrição não for considerada em ordem e que, convidado por edital não a completar no prazo concedido, terá a inscrição cancelada.

3. Encerradas as inscrições, organizar-se-á, em ordem alfabética, a relação dos candidatos, que receberão, mediante emissão de carteira de identidade ou profissional, cartões de identidade com a fotografia e a indicação do seu número de chamada sem os quais não terão ingresso no recinto onde se realizarem as provas.

4. O candidato que não procurar o cartão de identidade no prazo determinado pelos avisos publicados no Diário do Congresso e ou no Diário Oficial, terá a inscrição cancelada.

CAPÍTULO II

Das Provas

5. Haverá provas técnicas e de habilitação, assim distribuídas:

Técnicas

1ª Registro taquígrafico, durante dez minutos, de ditado feito na velocidade de 110 a 125 palavras por minuto, da seguinte forma: 110 — 111 — 113 — 115 — 117 — 119 — 121 — 123 — 124 e 125.

Prazo para decifração — duas horas.

Grau mínimo — 50 (cinquenta). Limite de erros — 120 (cento e vinte).

2ª Registro taquígrafico durante cinco minutos, de ditado feito na velocidade de 130 palavras por minuto.

Prazo para decifração — uma hora.

Grau mínimo — 60 (sessenta). Limite de erros — 80 (oitenta).

3ª Registro taquígrafico de discurso pronunciado no plenário, com caráter eliminatório, no total de quinze minutos, distribuídos em "períodos" de 3 a 10 minutos, sendo a prova realizada

em um ou mais dias, como se tornar necessário.

Prazo para decifração de cada 5 minutos — uma hora.

Habilitação

4ª Exame de Português, dividido em duas partes:

Primeira — correção de ditado escrito, de discurso ou trecho de discurso com o mínimo de 30 linhas impressas ou mimeografadas, sorteado no momento da prova e no qual tenham sido propositalmente incluídos erros;

Segunda — pontuação de trecho com o mínimo de 20 linhas, sorteado no momento.

Valor da 1ª parte — 60 (sessenta) pontos.

Valor da 2ª parte — 40 (quarenta) pontos.

Duração da prova — duas horas.

Grau mínimo — 50 (sessenta).

5ª Francês e Inglês — Versão para o português, sem auxílio de dicionário, de trecho de linguagem corrente, de 20 a 25 linhas impressas ou mimeografadas.

Duração da prova — duas horas.

Grau mínimo — 50 (cinquenta).

6ª História Geral, História do Brasil, Geografia e Cultura Geral — Exame escrito, sob a forma de testes.

Duração da prova — duas horas.

Grau mínimo — 40 (quarenta).

CAPÍTULO III

Títulos

6. Os títulos apresentados pelo candidato e julgados idôneos pela Banca, valerão pontos para a composição da nota final.

7. Consideram-se títulos par-

te este efeito:

I — certidão passada por autoridade competente, em papel timbrado da repartição e com firma reconhecida, de que o candidato exerce (ou exerceu) o cargo de taquígrafo em:

a) órgão do Poder Legislativo federal;

b) órgão do Poder Legislativo estadual;

c) Câmara Municipal de capital de Estado;

d) Tribunal federal;

e) Tribunal estadual;

f) órgão colegiado ou autárquico federal;

g) órgão colegiado ou autárquico estadual;

II — certidão, com firma reconhecida, de que o candidato foi classificado em concurso público para taquígrafo com a média superior a 60 (sessenta);

III — certidão, com firma reconhecida, de que o candidato exerce (ou exerceu) o professorado de taquígrafia em estabelecimento de ensino oficial;

IV — trabalhos publicados sobre taquígrafia;

V — outros títulos relacionados com Taquígrafia, exceto certificados de conclusão de curso para formação de taquígrafos, seja qual for sua origem.

8. Das certidões deve constar o tempo de exercício no cargo.

9. Em se tratando de concurso de provas para primeira investidura em cargo de carreira, a todas elas se submeterão os candidatos independentemente de títulos ou diplomas que possuam.

10. Observar-se-á a ordem do edital, na realização das provas. A Banca Examinadora, entretanto, pode alterá-la, quando considerar conveniente.

11. A obtenção de nota inferior ao mínimo estabelecido em qualquer das provas habilitará desde logo e totalmente o candidato.

CAPÍTULO IV

Dos critérios de julgamento

12. Para a contagem de erros nas provas técnicas, cuja decifração será feita obrigatoriamente a máquina, usar-se-á a seguinte norma:

a) cada palavra errada, antes da ou substituída com alteração de sentido — um erro;

b) cada palavra omitida, acrescida ou substituída sem alteração de sentido — meio erro;

c) palavras soltas, certos, sem formar sentido — meio erro por palavra;

d) palavras soltas, erradas, sem formar sentido — um erro por palavra;

e) erros de português, conforme a gravidade, a critério da Banca Examinadora — meio erro, um erro ou dois erros;

f) no caso de concorrência de erros (por exemplo: omissão de cinco palavras e substituição por três erradas) computar-se-á o número maior de erros;

g) os erros em mais de uma palavra contar-se-ão uma vez, desde que consequentes, e critério da Banca Examinadora.

13. O julgamento da prova de português obedecerá o seguinte critério:

a) o candidato que corrigir todos os erros incluídos no trecho a que se refere a 1ª parte da prova, obtém 60 pontos. Por erro não corrigido ou cometido, perderá tantos pontos quantos resultarem da divisão do número de erros incluídos no trecho, multiplicado pelo número de pontos do trecho, pelo número de erros não corrigidos ou cometidos;

b) do valor 40 atribuído à 2ª parte da prova, na qual serão levadas em conta, sobretudo, as regras de pontuação, será deduzido o número de pontos por erro cometido, segundo a gravidade, a julgo da Banca Examinadora.

14. O julgamento da prova de Francês e Inglês obedecerá o seguinte critério:

Na atribuição de pontos será ainda em conta, principalmente, o grau de exatidão com que o candidato varia para o português, na forma e no sentido, o texto original. A prova de inglês valerá 50; a de francês, 60. Cada palavra não traduzida, traduzida erradamente ou inadequadamente com ou sem alteração do sentido; erro de concordância, de regência ou de outra natureza, acarretará perda de meio ponto até três pontos, de acordo com a gravidade e a julgo da Banca Examinadora. A nota será a soma dos pontos obtidos em ambas as provas.

15. O julgamento da prova de História Geral, História do Brasil, Geografia e Cultura Geral obedecerá o seguinte critério:

A prova consiste-se de quatro partes, valendo cada uma 25. Os testes merecerão de um a três pontos, a julgo da Banca Examinadora. A nota final será a média apurada na divisão por dois do total de pontos obtidos.

16. O julgamento da prova de títulos obedecerá o seguinte critério:

Os pontos conferidos variarão de acordo com a hierarquia no respectivo campo de ação, das entidades referidas no Item 7, I, do Capítulo III; com o número de seus membros, a diversidade e vulto das matérias de que tratam, a frequência e duração das reuniões ou sessões que normalmente realizam e, consequentemente, com as dificuldades que se apresentam ao taquígrafo na execução do seu trabalho.

Havendo títulos simultâneos referentes a cargo do qual o candidato se tenha exonerado e a cargo que ocupe

atualmente, só será considerado o último para efeito da atribuição de pontos.

A classificação em concurso público, o professorado de taquigrafia, os trabalhos teóricos e outros títulos mencionados nos ns. II, III, IV e V do mesmo Capítulo, valerão pontos de conformidade com a importância que tenham para aferição da capacidade técnica do candidato.

17. Para o julgamento final observar-se-á o seguinte critério:

Obtida a média da prova de Plenário, dobrar-se-á esse número e ao resultado se acrescentará o total das notas das provas de ditado taquigráfico. Multiplicar-se-á por dois essa soma e ao resultado se adicionará a média das provas de habilitação. A nota final será o quociente da divisão dessa soma por nove, acrescido da nota da prova de títulos.

18. A nota final inferior a 60 (sessenta) importará em desclassificação.

19. Após o julgamento pela Banca Examinadora, e antes da identificação, as provas ficarão à disposição dos candidatos para vista, pelo prazo de 48 horas, a fim de que formulem recursos, se cabíveis.

20. O recurso constará de petição dirigida ao Diretor-Geral da Secretaria, sem sobre o sigilo. O recurso, formulado pelo candidato, deverá, sob pena de indeferimento *in limine*, ser fundamentado e indicar, com precisão, as questões e os pontos, objeto de revisão. Se aceitar o recurso, o Diretor-Geral poderá mandar proceder também à revisão de toda a prova.

A Banca, depois de conhecer das razões apresentadas pelo recorrente, fará a revisão geral ou parcial da prova, emitirá parecer fundamentado, mas só poderá propor a alteração da nota atribuída anteriormente, se ficar evidenciado erro de fato na aplicação do critério do julgamento. Não será apreciada a reclamação, se não redigida em termo convenientes ou não indicar, com absoluta clareza, fatos e circunstâncias que a justifiquem e permitam pronta apuração.

Depois de apreciados os recursos pela Banca, cabe a decisão final ao

19. Secretário do Senado Federal, representando a Comissão Diretora.

21. Os limites mínimos estabelecidos serão rigorosamente obedecidos. Apurar-se-ão as frações até milésimos.

CAPÍTULO V

Da realização das provas

22. Será obrigatório, em todas as provas, o uso da ortografia oficial. (Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, da Academia Brasileira de Letras — edição da Imprensa Nacional — 1943).

23. As provas técnicas se realizarão exclusivamente pelo processo manual, a lápis ou tinta. E, neste, entretanto, utilizar-se-á o candidato do sistema taquigráfico de sua preferência e, inclusive, de bloco de papel seu. A decifração de tais provas far-se-á a máquina, fornecida pela Secretaria do Senado Federal ou trazida pelo candidato. As folhas do registro taquigráfico deverão ser entregues à Banca Examinadora e apensadas às respectivas provas.

24. Sempre que o número de concorrentes exceder a 20, será o ditado taquigráfico feito ao microfone.

25. As provas de habilitação (Português, Francês e Inglês, História Geral, História do Brasil, Geografia e Cultura Geral) serão manuscritas a tinta azul-preta, devendo o candidato comparecer munido de caneta-tinteiro carregada. O emprêgo de lápis-tinta acarretará desclassificação do candidato.

26. Não se admitirá a entrada de candidato que não estiver munido do cartão de identificação fornecido pela Secretaria do Senado Federal. As outras provas de identidade não terão valor nessa ocasião.

27. Adotar-se-á, para sigilo do julgamento, processo que impeça a identificação das provas, as quais deverão, para isso, oferecer o mesmo aspecto material.

28. Atribuir-se-á a nota zero à prova que apresentar sinal expresso ou convenção que possibilite a sua identificação.

29. Os textos para as provas técnicas e as de português, francês e in-

glês serão sorteados e os impressos respectivos preparados na presença do candidato.

30. O candidato que se retirar do recinto durante a realização da prova estará automaticamente excluído do concurso. Será também excluído por ato da Banca Examinadora o candidato que se tornar culpado de incorreção ou descortesia para com os examinadores, seus auxiliares ou qualquer autoridade presente. Idêntica penalidade será aplicada ao candidato que, durante a realização da prova, for colhido em flagrante comunicação com outros candidatos ou pessoas estranhas, verbalmente por escrito ou por qualquer outra forma ou de utilização de notas, livros ou impressos, salvo os expressamente permitidos. A ata dos trabalhos deverá registrar qualquer ocorrência dessa natureza.

31. Não haverá segunda chamada seja qual for o motivo alegado para justificar a ausência do candidato.

32. O não comparecimento a qualquer prova, mesmo não eliminatória, importará em exclusão do concurso considerados sem efeitos os exames porventura já prestados e não lhes sendo permitido prestar as provas subsequentes.

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais

33. A inscrição do candidato, com a assinatura no livro competente, implicará conhecimento destas instruções e compromissos tácito de aceitar as condições do concurso nos termos em que se acham estabelecidas.

34. É de dois anos o prazo de validade do presente concurso, a contar da data da homologação pela Comissão Diretora do Senado Federal.

35. Os casos omissos serão resolvidos pela Banca Examinadora.

36. Serão publicados apenas os resultados que permitam a habilitação do candidato.

37. As nomeações obedecerão rigorosamente à ordem de classificação.

38. Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento destas instruções.

39. Todas as instruções, chamadas e resultados serão publicados no *Diário do Congresso* e (ou) no *Diário Oficial*. A Banca Examinadora pode, simultaneamente, comunicá-los aos

candidatos por telegrama, mas não fica responsável por qualquer truncamento que porventura se verifique na transmissão do texto original.

40. No há justificativa para o não atendimento dos prazos; o candidato deve estar sempre em contato com o Senado Federal para não perdê-los.

41. Embora as inscrições possam ser feitas também no Rio de Janeiro, todas as provas serão realizadas em Brasília.

Tabela para julgamento da prova de Ditado Taquigráfico

1ª Ditado (1ª prova)

Número de erros	Grau
120	50
96	60
72	70
48	80
24	90
0	100

2ª Ditado (2ª prova)

Número de erros	Grau
80	60
60	70
40	80
20	90
0	100

Tabela para julgamento da Prova de Títulos

Item 7, cap. III	Valor
I — letra a	5 pontos
letra b	4 pontos
letra c	3 pontos
letra d	3 pontos
letra e	2 pontos
letra f	2 pontos
letra g	1 ponto
II	3 pontos
III	1,5 pontos
IV e V	

a) critério da Banca Examinadora).

Secretaria do Senado Federal, em 21 de maio de 1963. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Dia 22-5 a 18-6-63.

AVISO

A primeira prova do concurso (1º ditado taquigráfico) será realizada no dia 7 (sete) de julho do corrente ano, domingo, às nove (9) horas, no Plenário do Senado Federal. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

(De 24.5.63 até 18.6.63)